

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

ELAINE CRISTINA FONSECA DO NASCIMENTO

**REPRESSÃO E CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS:  
EFEITOS DO INDEX DA DITADURA MILITAR NOS ACERVOS DO ATUAL SIBIUF**



Jornal Folha de São Paulo Divulgando o novo Ato Institucional nº 5.

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2018

**ELAINE CRISTINA FONSECA DO NASCIMENTO**

**REPRESSÃO E CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS:  
EFEITOS DO INDEX DA DITADURA MILITAR NOS ACERVOS DO ATUAL SIBIUFS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2018**

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP)**

N244r

Nascimento, Elaine Cristina Fonseca do  
Repressão nas bibliotecas universitárias brasileiras: efeitos do INDEX da Ditadura Militar nos acervos do atual SIBIUFS / Elaine Cristina Fonseca do Nascimento; orientadora Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari. - São Cristóvão, 2018.  
89 f.: il.

Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2018.

1. Leitura e Censura no Brasil. 2. Bibliotecas Universitárias no Brasil. 3. Censura – Ditadura Militar no Brasil. I. Bari, Valéria Aparecida, orient. II. Título.

CDU: 025.21[355.244.1:94(81).088]  
CDD: 025.2130981

**Ficha elaborada pela Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari (CRB-5/1552)**

**REPRESSÃO E CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS:  
EFEITOS DO INDEX DA DITADURA MILITAR NOS ACERVOS DO ATUAL SIBIUF**

**ELAINE CRISTINA FONSECA DO NASCIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Ciência da Informação da  
Universidade Federal de Sergipe, para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia e Documentação.

**Nota:** \_\_\_\_\_

**Data da apresentação:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Valéria Aparecida Bari**  
(Orientadora – DCI/UFS)

---

**Prof. Dr. Júlio Rocha da Silva**  
(Membro Externo – CEHC/UFS)

---

**Prof. Me. Antonio Edilberto Costa Santiago**  
(Membro Interno - DCI/UFS)

---

**Profa. Msa. Glêyse Santos Santana**  
(Membro Suplente – DCI/UFS)

**Dedico este trabalho aos bibliotecários brasileiros que lutaram pelo direito à liberdade de pensamento na produção intelectual brasileira.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que cooperaram para que esse trabalho se realizasse:

- em especial à minha mãe, que me apoiou nos momentos mais difíceis;
- à minha preciosa família, na qual hoje incluo meu esposo e filho;
- à minha orientadora, Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari, por acreditar na minha capacidade e orientar com responsabilidade e competência;
- aos meus professores de toda a vida, que me abriram as portas para o saber;
- aos bibliotecários que me ensinaram a amar a informação e o conhecimento;
- aos colegas acadêmicos, que fizeram da universidade um espaço de carinho e amizade;
- e aos meus empregadores, que souberam compreender a situação da trabalhadora que estuda.

**“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”**

**Cecília Meireles, na obra poética  
Romanceiro da Inconfidência (1977)**

## RESUMO

O presente trabalho teve por tema a repressão e censura nas bibliotecas universitárias brasileiras. Além do levantamento do referencial teórico e histórico, foi elaborada pesquisa de campo verificando os efeitos do INDEX da ditadura militar nos acervos das bibliotecas, segundo termo cunhado por Carneiro (2002). Com base nesse estudo, analisou a intervenção utilizada pelo Regime Militar nas Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, destacando seus efeitos atuais no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFs). Buscou-se assim evidenciar a prática política de um aparato repressor criado para desestruturar os Movimentos sociais de estudantes, professores e funcionários no interior desta instituição de ensino, além de nos mostrar que existia por parte dos militares uma constante necessidade de restringir o acesso ao conhecimento intelectual, visto que a palavra escrita tem o poder de propagar ideias. O objetivo geral foi cumprido pela pesquisa com êxito, verificando que apenas um terço dos livros selecionados a partir do INDEX criado por Carneiro (2002) de não-ficção foi incorporado ou reincorporado ao acervo do SIBIUFs. A verificação de que os gestores das bibliotecas, pró-reitores e autoridades vinculadas ao seu uso, como docentes e pesquisadores, foram obrigados a tomar ciência dos documentos confidenciais de censura de livros, traz a comprovação de as bibliotecas universitárias foram consideradas unidades de informação importantes no período de 1968-1978. Igualmente, a pesquisa em documentos primários, fontes secundárias, teses e dissertações, nos reforçam a constatação de que houve vários casos de censura e repressão informacional durante o Regime Militar. Verificamos, conforme análise das pesquisas de campo, que a mostra verificada de títulos teve apenas cerca de um terço reincorporado ao acervo do SIBIUFs, tomando por base a observação no ambiente informacional, reforçando a constatação da análise dos dados em sua totalidade, ou seja: o efeito indelével da censura na disseminação da informação. Foi possível constatar que os censores criaram uma sistemática hierárquica em que as autuações ocorriam em virtude do potencial de impacto da produção na sociedade, o que nos leva a constatar que provavelmente seus quadros foram somados por profissionais especializados nos ambientes e unidades de informação sob censura, evoluindo da impulsividade dos primeiros atos de censura. Concluindo, verificamos que a censura foi um instrumento de controle social, principalmente por meio do ocultamento de informação especializada e específica à determinados segmentos, que levava ao enfraquecimento dos movimentos sociais discordantes em diversos níveis. Nesse contexto, o SIBIUFs sofreu o impacto da censura e ainda sente os efeitos da mesma, passadas quatro décadas da abertura política no Brasil. Recomenda-se, para o futuro, o incremento da Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBIUFs e o envolvimento da Editora da UFS em projetos especiais, no sentido de criar mecanismos para viabilizar o acesso das referidas obras censuradas aos seus usuários, pois as formas tradicionais de seleção, aquisição e doação não são suficientes ou adequadas para criar oportunidades leitoras em nível adequado.

**Palavras-chave:** Leitura e Censura no Brasil. Censura em Bibliotecas Universitárias no Brasil. Censura – Regime Militar no Brasil.



## ABSTRACT

The present paper has the subject of repression and censorship in the Brazilian university libraries. In addition to the survey of the theoretical and historical reference, field research was elaborated by checking the effects of the military dictatorship INDEX on the Libraries' collections, second term coined by Carneiro (2002). On the basis of this study, he analyzed the intervention used by the military Regime in the libraries of higher education institutions, emphasizing its current effects on the Library System of the Federal University of Sergipe (SIBIUFs). It was thus sought to highlight the political practice of a repressive apparatus created to destructure the social movements of students, teachers and employees within this educational institution, besides showing us that the military had a Constant need to restrict access to intellectual knowledge, since the written word has the power to propagate ideas. The overall objective was accomplished by the search successfully, verifying that only one third of the books selected from the INDEX created by Carneiro (2002) of non-fiction was incorporated or reincorporated into the SIBIUFs's collection. The verification that the managers of the libraries and authorities linked to their use, as teachers and researchers, were obliged to take the science of confidential documents of censorship of books, brings the proof of the libraries University students were considered important information units in the period of 1968-1978. Also, research into primary documents, secondary sources, theses and dissertations reinforces the realization that there have been several cases of censorship and informational repression during the military Regime. According to analysis of field surveys, we verified that the verified evidence of securities had only about one third reincorporated into the SIBIUFs aquis, based on the observation in the informational environment, reinforcing the analysis. In other words, the indelible effect of censorship in the dissemination of information. It was possible to observe that the censors created a hierarchical systematic in which the assessments occurred because of the potential of production impact in society, which leads us to see that probably their paintings were added by professionals Specialized in the environments and units of information under censorship, evolving from the impulsiveness of the first acts of censorship. In conclusion, we found that censorship was an instrument of social control, mainly through the concealment of specialized information and specific to certain segments, which led to the weakening of discordant social movements in Several levels. In this context, the SIBIUFs suffered the impact of censorship and still feels the effects of it, past four decades of political openness in Brazil. For the future, it is recommended to increase the development policy of SIBIUFs collections and the involvement of the company of UFS in special projects, in order to create mechanisms to enable the access of these censored works to their users, because Traditional forms of selection, acquisition and donation are not sufficient or adequate to create reader opportunities at an appropriate level.

**Key Words:** Reading and Censorship Relations in Brazil. University Libraries in Brazil. Censorship in Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - A visibilidade da censura durante a Ditadura Militar Brasileira .....	24
<b>Figura 2</b> - Capas de obras censuradas no período da Ditadura Militar no Brasil.....	44
<b>Figura 3</b> - Capas de obras censuradas no período da Ditadura Militar no Brasil .....	45

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AESI</b>	Assessoria Especial de Segurança e Informação
<b>AI-5</b>	Ato Institucional nº 5
<b>BICEN</b>	Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
<b>CEIS</b>	Comissão Especial de Investigação Sumária
<b>CONEPE</b>	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFS
<b>DSN</b>	Doutrina de Segurança Nacional
<b>DEOPS</b>	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
<b>ESG</b>	Escola Superior de Guerra
<b>IPM</b>	Inquérito Policia Militar
<b>LSN</b>	Lei de Segurança Nacional
<b>SIBIUFS</b>	Sistema de Bibliotecas da UFS
<b>SNI</b>	Serviço Nacional de Informação
<b>SI/DSI/MEC</b>	Segurança Informacional, Divisão de Segurança da Informação do Ministério da Educação e Cultura
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>A Censura nas Bibliotecas .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>Repressão à Disseminação da Informação no Totalitarismo .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3</b>	<b>A Censura no Brasil .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4</b>	<b>A Ditadura Militar e a Produção Literária no Brasil .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5</b>	<b>O Desenvolvimento de Coleções: o Poder nas Bibliotecas.....</b>	<b>31</b>
<b>2.5.1</b>	<b>A ação dos bibliotecários em relação à censura no Regime Militar brasileiro .....</b>	<b>36</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>Procedimentos de Pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>46</b>
<b>4.2</b>	<b>Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBIUFs .....</b>	<b>59</b>
<b>4.3</b>	<b>Principais Resultados da Análise .....</b>	<b>61</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
	<b>ANEXO A – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES .....</b>	<b>71</b>
	<b>ANEXO B – LEI 4464/1964 - LEI SUPPLY .....</b>	<b>78</b>
	<b>ANEXO C – DECRETO-LEI 477/1969.....</b>	<b>82</b>
	<b>ANEXO D – DECRETO-LEI 1.077/1970.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa, denominado: Repressão e Censura nas Bibliotecas Universitárias Brasileiras: Efeitos do INDEX da Ditadura Militar nos Acervos do Atual SIBIUFs, analisou a intervenção utilizada pelo Regime Militar nas Bibliotecas das Instituições de ensino superior, destacando seus efeitos atuais no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFs). O título desse trabalho de conclusão de curso faz referência à denominação criada por Carneiro (2002), estabelecendo uma analogia entre os documentos que norteavam a eliminação de livros com o *INDEX LIBRORUM PROIBITORUM*, que é uma bula emitida e atualizada pela Igreja Católica, abolida somente pelo Concílio Vaticano II, na década de 1960.

Buscou-se assim evidenciar a prática política de um aparato repressor criado para desestruturar os Movimentos sociais de estudantes, professores e funcionários no interior desta instituição de ensino, além de nos mostrar que existia por parte dos militares uma constante necessidade de restringir o acesso ao conhecimento intelectual, visto que a palavra escrita tem o poder de propagar ideias. Os famigerados “anos de chumbo”, período mais tenebroso que a sociedade brasileira viveu, têm como aspecto fundamental. Segundo Carlos Fico:

[...] a busca sistemática e progressiva da institucionalidade do aparato repressivo, fundada na “utopia autoritária” da eliminação dos “óbices” à realização dos “objetivos nacionais permanentes (FICO, 2004, p.75).

Refletir acerca da importância dos livros e da leitura implica em reconhecer a existência das relações de poder contidas no ato do saber. Analisar os motivos pelos quais os militares intervirão nas bibliotecas e procurar assim desenvolver um recuo da história literária e o desvio da reflexão nos confirma o poder das bibliotecas na formação intelectual das sociedades e dos movimentos sociais. No sentido grego biblioteca significa “depósito de livros”, mas ao longo dos séculos as bibliotecas deixaram de ser mais que um complexo arquitetônico onde livros são concentrados, elas se tornaram um local onde há uma convergência informacional sobre o mundo, levando a produção de efeitos intelectuais na sociedade, visão confirmada por Christian Jacob, ao analisar a biblioteca como:

[...] espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e da sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a

conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira (BARATIN; JACOB, 2008, p.09).

Perceber que entre os anos de 1964 e 1968, ou seja, entre a deflagração do golpe e a decretação do AI – 5, a censura aos livros e editoras no Brasil foi marcada por uma atuação desordenada e multifacetada, pois não existia por parte dos militares um critério metódico de confisco, coerção e apreensão dos materiais. Existia unicamente por parte destes a justificativa, que se fazia necessário garantir o Estado de Segurança Nacional, a moral e os bons costumes da sociedade brasileira. O abuso de poder e a ignorância era a marca registrada dos censores intitulados “fiscais das ideias”. Vários foram os livros censurados sob a alegação de que eram material subversivo, contra o Regime, ou pornográfico, contra a família e os bons costumes. Refletir sobre a criação de uma lista de livros proibidos enviados as bibliotecas universitárias por parte dos militares implica em reconhecer, as relações existentes de poder contidas nos livros.

O ato da leitura pode ser esquadrihado como sendo um processo complexo, que implica em circulação de ideias, além de representar autoridade vinculada ao acúmulo de conhecimento. Podemos perscrutar isso ao analisarmos o romance medievalista de Umberto Eco “O Nome da Rosa”, no qual o conhecimento literário e científico era restrito ao bibliotecário:

Nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas com tais por uma alma piedosa, [...] para qual devem ler alguns e não outros volumes, e não para segui qualquer insensata curiosidade que por ventura os colha, que por fraqueza de mente, que por soberba, que por sugestão diabólica (ECO,1983, p. 54).

Desde os tempos mais remotos, a palavra escrita é considerada um perigo, um malefício e sempre esteve submetida às restrições e à vigilância e sob a tutela de autoridades. A leitura estimula a imaginação, cria possibilidades antes impensadas, encoraja a reivindicação de mudanças em nossas vidas e na sociedade em que vivemos, corrigindo assim injustiças sociais e políticas que nos afligem. Por isso, a censura tornou-se um instrumento crucial e eficaz nas mãos de governos autoritários e pseudodemocráticos, os quais fizeram uso de incêndios às bibliotecas, destruição, invasões e a classificação e imposição do que poderia ou não ser lido pela sociedade. A censura aos livros faz parte do mecanismo de controle e manutenção do poder político autoritário. Por este motivo não podemos ignorar a existência da censura ao longo do sistema pseudodemocrático brasileiro. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro:

A caça aos livros perigosos também deve ser avaliada como expressão da ideologia nacionalista e xenófoba sustentada pelo governo brasileiro nos diferentes momentos de sua trajetória política: pró-nazismo, pró-facismo, antisemita, antiintegralista, anticomunista. Os conteúdos dos livros apreendidos, por sua vez, expressam esses conflitos ideológicos, as rupturas de pensamento e a persistência de certas posturas ao longo de décadas como foi o caso do anticomunismo (CARNEIRO, 2002, p. 100).

A escolha do tema visa esclarecer o controle dos militares ao acesso informacional armazenado nas bibliotecas; como esse controle interferiu no dia-a-dia desse organismo, em suas atividades e, sobretudo, no acesso dos usuários as informações. As dificuldades são muitas, por que os Militares obstruíram o acesso às informações. Sendo assim o trabalho em questão oferece uma pequena contribuição aos estudos que se realizarão posteriormente sobre o período tutelado pelos militares no Estado de Sergipe e suas consequências a liberdade de conhecimento dentro da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A análise enfatiza a destruição de um acervo informacional existente dentro das instituições de ensino de nível superior, destruição esta que estava voltada diretamente a combater o corpo docente, discente e administrativo que cogitassem discordar dos ideais e objetivos da “Revolução de 1964”. Segundo Maria Helena Moreira Alves:

Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes (ALVES, 1984, p. 66).

Tentar compreender como a destruição e extravio de livros existentes no seio deste estabelecimento de ensino superior do estado de Sergipe é de vital importância, pois demonstra a capilaridade do aparelho repressor, incumbido de sufocar, eliminar e desarticular qualquer manifestação social que possuísse o caráter contrário ao projeto autoritário do “Comando Supremo da Revolução” (como se intitulavam seus líderes). Carneiro nos mostra que:

A polícia política conseguiu, em vários momentos de sua trajetória, penetrar no submundo literário das obras clandestinas. Movido por idéias nacionalistas, criou critérios próprios de censura mesmo sem ter conhecimento da essência filosófica dos livros apreendidos. Durante o ato da apreensão listavam-se e confiscavam-se todos os títulos que tivessem a possibilidade de ser rotulados de “revolucionários”. A bibliografia assimilada pela esquerda comunista foi a mais visada até a extinção do órgão [...] (CARNEIRO, 2002, p. 109).

Analisar-se-á a existência da lista de livros proibidos, que foi enviada a todas as universidades do Brasil, para que estes fossem retirados das prateleiras das bibliotecas universitárias, impedindo assim o acesso informacional a conteúdos considerados subversivos

pelos militares, por parte do corpo docente, discente e administrativo destas instituições de ensino superior.

Estabelecemos como marco temporal o período de 1964 a 1978 por se tratar do mais turbulento e por serem estes os anos em que o aparato repressor encontra a sua razão de existir, no combate aos movimentos “comunistas”, considerados os “inimigos” da nação “democrática” brasileira.

Diante do exposto os objetivos da pesquisa são:

- Objetivo Geral: Verificar os efeitos da aplicação do INDEX da Ditadura Militar nos Acervos do Atual Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFES).
- Objetivos específicos: Descrever e analisar a importância das bibliotecas universitárias e a intervenção dos Militares nas Bibliotecas Departamentais da UFS no período de 1968-1978; Perceber que ao longo do Regime Militar no Brasil houveram vários casos de censura e repressão informacional; Verificar se os livros retirados das Bibliotecas durante Ditadura Militar foram novamente incorporados aos acervos após o fim deste período, tomando por base a observação do ambiente informacional selecionado.

Não foi possível o acesso a toda documentação emitida e recebida pela Assessoria Especial de Segurança e Informação, pois, esta documentação foi, em grande parte, destruída. Inclusive, problemas de infraestrutura e o quadro de funcionários desfalcado do Arquivo da UFS foram fatores limitantes da concretização do projeto de pesquisa original. Todavia, o acesso à dissertações e teses de conteúdo semelhante, assim como da legislação brasileira da época, utilizando os recursos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e o Governo Eletrônico do Brasil, nos levaram a recuperar e utilizar outros documentos que puderam fornecer indicações sobre as ações de repressão e prevenção aos movimentos sociais dentro da Universidade Federal de Sergipe (UFS), através da censura ao conhecimento embutido nos livros proibidos.

Com este estudo, logramos preencher um pequeno vazio relativo ao aspecto mais contundente do Regime Militar, ou seja, a censura, a ação de repressão e prevenção do aparato de segurança em relação ao confisco e destruição bibliográfico das Instituições Federais de Ensino. Suas evidências foram pesquisáveis em fontes primárias, por meio de um conjunto de documentos<sup>1</sup> emitido pelo regime militar, da Segurança Informacional/Divisão de

---

<sup>1</sup> Documentos emitido no período de 1968 a 1978 pelo Gabinete do Presidente da República, disseminados como conteúdos confidenciais pelo MEC, com listas de editoras, autores e livros considerados subversivos. Serviram



Segurança de Informação/Ministério da Educação e Cultura (SI/DSI/MEC), que serviram como fontes de informação para o estudo de caso dos efeitos da censura na Ditadura, cujos exemplares de originais recuperados entre os documentos do Arquivo Administrativo da UFS encontram-se fidedignamente reproduzidos na seção 4 desse trabalho de conclusão de curso.

Temos a seguinte formulação para a questão de pesquisa: Os livros proibidos e retirados dos acervos das bibliotecas universitárias por instrumentos emitidos durante o regime militar foram restituídos aos acervos e às referências de ensino, pesquisa e extensão superior?

Como objetivo geral, procedemos a verificação da reintegração das obras excluídas durante o Regime Militar, assim como verificamos a possibilidade de que isso venha a acontecer, mediante a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFS (SIBIUFS), verificável no Anexo A, ou de iniciativas específicas, melhor descritas nas considerações finais desse trabalho.

Como objetivos específicos, foi analisada a Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBIUFS (UNIVERSIDADE, 2015), no quesito de viabilização do retorno das obras censuradas aos acervos do SIBIUFS, por meio de seus mecanismos de seleção e aquisição de acervo.

Como constatações que não puderam ser verificadas nesse trabalho, em nível nacional, a organização da censura aos livros e o controle do desenvolvimento de coleções nas Bibliotecas Universitárias nos leva a crer que os censores especializados tinham formação superior em Biblioteconomia e tinham experiência profissional na área. Esta organização se consolidou após o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que representou o ponto de inflexão no curso da história, determinado pela tomada de poder pelos militares da “linha dura” e atuação organizada de intelectuais e especialistas de Direita no governo do país.

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado foi dividido em quatro seções:

- A primeira seção abordou a introdução do tema e traz elementos sobre a sua metodologia;
- A segunda seção tratou do referencial teórico sobre a importância das Bibliotecas na difusão social da informação e o desenvolvimento de coleções, que foi alterado pelos instrumentos de controle ideológico impostos pela censura durante o período da Ditadura Militar no Brasil;
- A terceira seção tratou da metodologia da pesquisa com mais profundidade;

---

como instrumento de expurgo das referidas obras de acervos das unidades de informação brasileiras, assim como a posse das obras se constituía desde então como probatório de crimes contra o Estado.

- A quarta seção tratou da análise dos dados e informações obtidas nas atividades de campo.
- Como fechamento do trabalho, temos uma seção de considerações finais, referências consultadas e anexos.

A motivação para o desenvolvimento da pesquisa foi resultante do aprofundamento dos estudos biblioteconômicos, em complementação ao viés histórico obtido em graduação anterior. Ou seja, a aprendizagem da graduação em Biblioteconomia e Documentação abriu novas possibilidades de conhecimento sobre um tema tão denso, que não pôde ser esgotado apenas sob o ponto de vista da História.

Justifica-se a elaboração da pesquisa que gerou esse trabalho pela necessidade que nós brasileiros temos de contemplar o nosso passado, evitando erros e desmandos no presente, assim como a perda do patrimônio imaterial da produção intelectual no futuro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o momento em que foi criada a primeira biblioteca na Antiguidade, esse espaço foi pensado como repositório de informações e do saber. Por este motivo a existência conturbada entre as bibliotecas e os governos ditatoriais e pseudodemocráticos, visto que estes governos exigiam a limitação ao acesso às informações, por parte da massa.

O livro pode ser visto como um documento/monumento que perpetua a memória de um grupo, um indivíduo, de uma sociedade. A dualidade existente entre documento/monumento é construída, a partir de agentes sociais e suas vivências e estes redigiram documentos que objetivavam expor a interpretação possível de uma época de um fato, acontecimento, personagem... A memória não tem o dom de se perpetuar de forma tão vasta como livro, pois esta fica concentrada em um plano micro enquanto o livro pode atravessar as barreiras geográficas e expandisse por todo o globo.

Em relação à memória, o historiador Frances Jacques Le Goff expõe em seu estudo “história e memória” a dualidade entre Documento/Monumento. A memória é construída por agentes sociais que a partir de seus documentos, erigem as representações possíveis para delimitação e interpretação de um período, gerando nos livros a propriedade de conserva certas informações, remetendo assim a Platão que na antiguidade nos apresentava a memória como um bloco de cera, onde estas poderiam ser redigidas, gerando a construção que resgata o passado de um ponto de vista social (LE GOFF, 1996, p. 535).

Nas bibliotecas as informações são diversificadas, não são padronizadas, não se reduzem a uma única linha informacional como almejam os governos totalitários ou pseudodemocráticos onde a liberdade de opinião não existe. Na maioria das vezes esse comportamento ditatorial é embasado em uma ideologia tecnocrática e paternalista, que objetiva proteger a nação e a sociedade. Nesse modelo ideológico tudo é permitido até mesmo manipular, extraviar ou censurar informações.

### 2.1 A Censura nas Bibliotecas

O termo censura vem do latim *censere*, que quer dizer ter acesso, atualmente o termo censura é considerado "um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública" (VERGUEIRO, 1987, p. 22). Sendo

assim, o sentido original está vinculado à preservação dos leitores potenciais e reais de conteúdos que lhe serão deletérios.

Ao longo da história da humanidade, os detentores do poder vislumbraram a palavra escrita e também as viram como um perigo, porque está é vista como um veículo de difusão de ideias e, portanto, de formação de consciência, tornando-se assim uma ameaça a seus governos, submetendo estas à restrição, vigilância, proibição, censura e interdição de seus escritos e até mesmo a queima de milhares destes e de seus complexos arquitetônicos (as bibliotecas), a fim de destruir o saber nelas acumuladas. Um exemplo que vem do passado foi o saque e destruição da Biblioteca de Alexandria.

A queima dos livros era o ápice da censura, isto porque o fogo simboliza a purificação, a destruição do mal, o retorno a um estado de ordem e harmonia, ou seja, o fogo tem o poder de restaurar a ordem através da eliminação da ameaça, por isso a necessidade da queima de livros, pois estes eram vistos como propagadores de pensamentos demoníacos capaz de gerar a destruição da sociedade e a única forma de destruir e aniquilar essas obras consideradas “diabólicas” era através da sua queima.

No ato de destruição ou censura dos livros por parte das autoridades estar embutida a intenção de aniquilar a memória, o patrimônio intelectual, as idéias associadas àquele objeto. Os livros não são odiados e demonizados pelo seu *status* de objeto, mais sim pelo seu conteúdo, pelas ideias contidas em seu corpo físico. Segundo Fernando Báes a razão de se utilizar o fogo está vinculado ao fato de que este:

[...] reduz o espírito de uma obra a matéria [...] se queima o papel, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas, além disso, há um detalhe visual. Quem viu algo queimado reconhecer a inegável cor preta. O claro se torna escuro (BÁES, 2006, p. 26).

O livro representa “Poder”, acúmulo de conhecimento e este saber também passou a ser representado como objeto de fortuna e riqueza, que deveria estar unicamente nas mãos da elite. A partir do momento que o livro, que as ideias contidas neles deixa de ser um privilégio das elites, estes passam a ser demonizados, pois surge o medo de que a massa seja seduzida pelas ideias, pelas palavras contidas no livro.

Como o ato de ler não pode ser desaprendido, o recurso mais apropriado e utilizado para impedir sua circulação é limitar seu alcance da sociedade não esclarecida. Por isso, a censura tornou-se o braço direito dos governos autoritários (ditatoriais e também dos governos pseudodemocráticos) e um poderoso instrumento da repressão, nos quais a invasão de bibliotecas e o uso de classificação do que poderia e não poderia ser lido passou a ser uma

característica efetiva e constante, a fim de eliminar a heterogeneidade de pensamentos, silenciando assim grupos que iam de encontro ao sistema político vigente. Maria Luiza Carneiro nós elucida que governos autoritários sustentaram:

[...] a idéia da necessidade de purificação da sociedade de forma a justificar a ação da polícia e dos censores que, baseados na lógica da desconfiança, propagava argumentos destinados a legitimar o mito do complô secreto internacional (CARNEIRO, 2002, p. 32).

Este pensamento propagou-se, por meio de adesão voluntária ou involuntária dos segmentos da população civil, coagida ou beneficiada, que se via na obrigação de ajudar com o processo de higienização política da sociedade através de denúncias, mostrando que estes estavam atentos às práticas de leitura e à circulação de livros ditos como suspeitos, sediciosos.

## 2.2 Repressão à Disseminação da Informação no Totalitarismo

Precisamos analisar a informação como fonte de referência para elaboração do discurso de “Defesa Nacional” gerado pelo Regime Militar, e assim entender de que forma se deu a produção da censura pelos órgãos do governo à época. Um grupo de informações passa a ser desenhada, configurada como estereótipo de subversão, criando assim critérios para identificação do perfil do “inimigo interno da nação”.

Teóricos que se debruçaram na questão da aplicação de medidas de censura à produção intelectual das nações, alguns entendendo que o discurso acadêmico é espelho da realidade e outros que é abstração que influencia a reflexão sobre a realidade. Caso aceitemos a convivência desses dois pontos de vista, sabemos que parte dos intelectuais censurados nem ao menos havia se posicionado contra o Regime Militar, mas tiveram sua produção julgada subversiva pelos seus leitores. Segundo Hansen:

Chartier desloca-se, contudo, da determinação macroestrutural e unívoca da infraestrutura pressuposta nos estudos de literatura que entendem a *Aneignung* de Marx como doutrina do reflexo e que costumam propor a determinação unívoca do simbólico pelo econômico e, por vezes, pelo político, fazendo do discurso uma representação segunda, como re-apresentação mais ou menos adequada de algo já dado, apresentado e conhecido como "o real". Por isso, sua operação também permite a crítica desse "conceito tênue de real", como dizia Foucault, que faz com que os discursos sejam entendidos como um espelho onde se deposita a imagem pálida de algo já conhecido na base e que se oferece ao reconhecimento (HANSEN, 1995, p. 125).

Outro elemento de interesse se refere às teorias da Escola de Annales<sup>2</sup>, considerando que as obras censuradas, independentemente da intenção de desautorização do regime de poder político e econômico instituído, correspondiam ao discurso dos dominados e deveria desaparecer dos estudos e pesquisas na Academia.

As informações contidas em certos perfis de livros, que fugiam de alguma maneira do que se desejava legitimar no discurso instituído, passam a ser utilizadas como provas contra um grupo da sociedade que se opunha ao governo militar, colocando-se em prática a utilização da vigilância (repressão a informação). Por meio de um conjunto de dispositivos, foi instituído um controle social com bases na veiculação da informação, configurando a “comunidade de informação” que é incorporada ao aparato militar e a sociedade. À medida que a visão de salvaguarda a nação é disseminada na sociedade, segmentos civis passam a contribuir com esse controle informacional, agregando novos agentes à doutrina de segurança nacional, este vindo de vários segmentos da sociedade civil, passando a compactuar com essa rede de repressão informacional.

A discussão se aprofunda dentro da ótica das atividades especializadas dos bibliotecários, como o desenvolvimento de coleções e as práticas de representação descritiva e temática:

Essas informações demonstram exemplarmente os efeitos nocivos da censura na produção (intelectual e editorial) e no acesso à informação. As coleções de bibliotecas não ficaram imunes a isso: não podiam adquirir obras censuradas, itens bibliográficos foram retirados ou acesso restrito, ou/e coleções foram enxertadas de títulos coeditados pelo governo militar, gerando entraves (éticos, morais e judiciais) ao profissional da informação no processo de desenvolvimento de coleções. O bibliotecário como o avaliador do universo da informação e selecionador dos discursos foi impedido de montar um jogo de discursos plurais, base da construção da verdade contemporânea na biblioteca. A avaliação de discursos plurais está na raiz do trabalho de seleção, a primeira ação de informação realizada na disponibilização da informação pelos bibliotecários. E, certamente, está também em outras tarefas como a classificação (a divisão analítica de ponto de vista na Classificação Decimal Universal, aliás, é um exemplo técnico das possibilidades discursivas de análise discursiva da criação autoral e arranjo bibliotecário) e o serviço de referência. Na contemporaneidade, o profissional da informação deve perceber seu papel social no jogo de ofertar discursos plurais na ordem dos discursos publicados e a responsabilidade política como mediador desses discursos entre autores e usuários, além de reconhecer sua posição de poder iluminista neste processo, "atrevendo-se a saber informar", parafraseando Kant (LIMA, 2016, p. 109).

A informação durante os períodos de repressão adquiriu o status que fundamenta as diretrizes de ação em prol dos interesses nacionais, sobrepondo-se as pessoas, a grupos

---

<sup>2</sup> A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgindo na França, no início do séc. XX, momento em que a academia começou a valorar a História como ciência e passou-se a ter como objeto de observação os discursos minoritários, ou seja, as versões dos dominados sobre os fatos e disputas de poder econômico e político.

sociais, correntes e pensamentos ou organizações sócio-políticas, mesmo que estes façam parte da elite político-social. O mais importante é perceber que a visão desses sistemas repressores autoritários estabelece uma conduta, onde tudo e todos são suspeitos, ou seja, a informação não surge espontaneamente, ela é gerada através de operações de coleta de informação.

O cantor e compositor Chico Buarque, na composição musical “Roda Vida”, descreveu a realidade vivida não só no Brasil, como nos países do Cone Sul que também viviam uma Ditadura Civil-Militar: “Tem dias que a gente se sente/ como quem partiu ou morreu./ A gente estancou de repente,/ ou foi o mundo então que cresceu.” (HOLANDA, 2000). A música retrata a angústia, o medo e o silêncio que se propagou nos Anos de Chumbo, anos estes na qual a sua maior característica era a falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censuras, perseguições políticas e repressões aos opositores.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, temos que este controle da informação não foi, nem poderia ser, uma atividade meramente burocrática ou mesmo exercida pelos quadros formados nas forças armadas. Pela amplitude e aprofundamento do trabalho, é possível verificar que os censores contaram muitas vezes com os serviços de especialistas, pois a língua abre naturais precedentes para a veiculação de informações subentendidas, codificadas, ocultas, camufladas.

Nesse aspecto, a pesquisa pode atentar para o fato de que um regime informacional que se movimenta mediante a coleta e seleção prévia da informação sob os mais diferentes crivos contou, em algum momento, com o apoio de bibliotecários. Com grande probabilidade, bibliotecários constituíram os quadros de especialistas repressores da informação, por ser os mais capazes para instruir as intervenções que foram aplicadas às unidades de informação durante o Regime Militar. O regime informacional que foi aplicado durante o Regime Militar provavelmente contou com muitos especialistas, sendo profissionais da informação, ciências sociais aplicadas, ciências políticas, sociologia, história, entre outros egressos da formação em Ciências Humanas.

E aqui não podemos tratar o Brasil como um ente isolado, mas falamos de um contexto global, no qual certamente os profissionais bibliotecários estavam atuando entre os quadros do poder instituído no Brasil, nas Américas em geral e na esfera política norte-americana. Segundo Gomez:

Entre atribuições dos regimes de informação, uma das principais seria colocar em evidência essa tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturas jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-

mercadológicas, que visam a sobredeterminar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição. É nesse contexto que ganham novo espaço as perguntas pela validade e valor da informação. Alguns autores questionam a relação biunívoca da informação com os fatos ou a verdade, seja deixando em suspenso o caráter epistêmico da informação, seja para correlacionar os valores da informação com plurais regimes de verdade (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2012, p. 56).

Então, como uma das características de um regime informacional manipulado por um poder político assim constituído, tinha como característica que a informação disseminada tinha pouca confiabilidade. Ao expurgar dados ou omitir elementos, o regime informacional ocultava da população fatos de seu interesse, direitos vilipendiados, periculosidade e insegurança social e alimentar, genocídios direcionados, entre outros.

### **2.3 A Censura no Brasil**

Quando pensamos em censura, lembramos unicamente do Estado Novo e da Ditadura Militar. Porém este fenômeno apresenta uma longa trajetória cuja complexidade abarca o Brasil desde o período colonial. A censura foi aplicada primeiramente em terras brasileiras pela Igreja Católica através da santa inquisição, ocorrendo nas bibliotecas conventuais, como por exemplo, a de São Bento, São Francisco, das Carmelitas, dos Franciscanos e dos Beneditinos. A censura adentra no período imperial com a chegada da corte portuguesa e a presença dos censores régios, seguindo posteriormente a maturidade no período republicano, no qual a censura é estruturada ao ponto de instaurarem órgãos especializados, em repartições pública e privadas, esta estrutura especializada tinha o apoio e a corroboração de parte da sociedade, que absorveu o pensamento dos detentores do poder.

A censura sempre foi utilizada ao longo da história tanto pelos governos monárquicos, democráticos e ditatoriais. O poder da censura é utilizado para impedir que a sociedade como um todo possa ter acesso às informações que possam desestabilizar estes governos. A censura tem como foco principal os livros, revistas, editoras, jornais, filmes, peças teatrais, músicas...

No Brasil a censura não se restringiu apenas às bibliotecas. Durante o Estado Novo, a censura previa proibia a exibição de alguns artigos de jornais, livros e até mesmo os noticiários radiofônicos. Com o fim do Estado Novo e a saída de Vargas a censura ficou mais



retraída. O governo de Juscelino Kubitschek foi considerado o período mais liberal daquela época, a censura quase não existia.

Com o Golpe de 1º de abril de 1964 a censura volta a ser utilizada, chegando ao seu ápice em 1968 com a instauração do AI – 5. Os Militares visavam manter através da censura a sociedade de acordo com os seus ditames (figura 1). Nos primeiros dias após do golpe várias editoras intituladas de cunho comunistas foram fechadas, um exemplo dessa perseguição foi o fechamento do Editorial Vitória pertencente ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), essas e outras ações instauraram no país um clima de medo. Os militares organizaram um INDEX (lista de livros proibidos) – em 1965 o Ministério da Justiça expunha uma lista de livros considerados de “natureza subversiva”. Diante deste clima muitas pessoas entregaram livros aos militares ou queimaram a fim de não sofrer com a repressão. A Instauração formal da censura foi concebida em 26 de janeiro de 1970 por meio do Decreto-Lei nº 1.077. Com o fim dos Anos de Chumbo e a chegada de José Sarney à presidência através do voto indireto, censura foi extinta de forma constitucional em 1988. A Constituição fez com que a censura fosse vista de uma maneira mais natural e não tão agressiva com era anteriormente.

**Figura 1** - A visibilidade da censura durante a Ditadura Militar Brasileira



**Fonte:** Acervo pessoal de Elaine Cristina Fonseca do Nascimento.

Ao longo da história política do Brasil a censura, a violência física e psicológica se fez presente na articulação dos vários projetos políticos vigentes no país. Segundo Carneiro:

Como partidários do proibicionismo, as autoridades policiais procuravam hierarquizar as idéias submetendo-as diariamente, a um processo seletivo com o objetivo de purificar a sociedade. Definiam, até décadas atrás e segundo sua lógica, os limites entre o lícito e o ilícito. Este de saneamento ideológico processou-se através da censura preventiva e punitiva cujo principal objetivo era impedir a circulação das ideias rotulados de “perigosos” (CARNEIRO, 2002, p. 21)

Portanto, a censura esteve presente nas bibliotecas, nas editoras, livrarias na sociedade e em quase todo o mundo. Mas ela está longe de acabar, visto que ainda existem governos contemporâneos que fazem uso da censura e as sociedades continuam sendo prejudicadas por este modelo ilícito de proibição intitulado censura, pois sabemos que ainda existe a prática da proibição da editoração e distribuição de livros por parte de vários governos.

Livros com o teor de denúncias sociais, que criticam a política, a religião ou ameaçam o poder incomodam ao regime e eram e são vistos como manipuladores da sociedade e por isso eram e são excluídos das prateleiras das bibliotecas, assim como os indivíduos que propõem mudanças sociais eram e são transformados em suspeitos e inimigos da nação, isto porque a imagem negativa do Brasil não deveria e não deve ser trabalhada e nem divulgada e tão pouco explicitada as causas que geravam e geram as desigualdades sócias na nação brasileira: este discurso era e é imediatamente, identificado como comunista. No entanto constatamos que nada impedia e impede a circulação desses temas no submundo literário. Segundo Carneiro:

A idéia de uma revolução cultural paralela a revolução armada continuava a preocupar as autoridades que viam o intelectual e o profissional de imprensa como cidadãos perigosos e, se comunista, “desde há muito, tanto mais temíveis (CARNEIRO, 2002, p.162)

É nesse contexto conjuntural que a informação adquire o status de poder, pois o Estado repressor passa a controlar a vida dos indivíduos, a divulgar, a aprender, a produzir e até mesmo a manipular informações imaginárias ou reais a fim de dar sustentáculo ao regime militar. Tudo era feito com maior seriedade e a importância dada ao aparato informacional e todo o seu significado, nos mostra porque ele se constitui como base de sustentação dos governos autoritários.

## **2.4 A Ditadura Militar e a Produção Literária no Brasil**

O golpe de 1º de abril de 1964 o qual derrubou o então presidente João Goulart, deu-se devido à intervenção da classe dominante (Burguesia Industrial) e do aparelho Militar, motivados, pela implantação de um modelo político “tecnoburocrático - capitalista”, que se

baseava na modernização econômica, concentrando a renda nas mãos das classes alta e média, marginalizando a classe pobre, além disso, controlando, intervindo e estabelecendo políticas fiscais, monetárias, salariais e habitacionais, ou seja, agindo de forma hegemônica na vida político-econômica.

O medo e a insegurança, que as classes médias e altas sentiam, eram ocasionados pela inflação, que crescia assustadoramente, extrapolando os limites da tolerância; as sucessivas greves, que paralisava os serviços públicos; o temor da realização de uma reforma agrária, pois os movimentos sociais pipocavam por todo o território brasileiro; a queda dos lucros; sobre tudo, o medo de que Jango apoiasse os movimentos revolucionários de esquerda. Todo esse temor, impulsionado pela ideologia nacionalista da esquerda comunista, produziu o impulso intervencionista burguês no Estado Nacional, criando um sistema hegemônico, em que uma classe mantém o domínio, não simplesmente através do uso da força, mais também através da intervenção ideológica. Esta classe mantém o domínio por ser capaz de ir além de seus interesses corporativista, exercendo uma liderança moral e intelectual, além de realizar concessões, dentro de certos limites, havendo uma variedade de aliados unificados num bloco social de força. Este bloco unificado representa uma base de concordância, para existência de certa ordem social, na qual a hegemonia da classe é recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias. Segundo Caio Navarro de Toledo:

Abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política que nascera em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo (TOLEDO, 2004, p. 67).

Passado uma década, o Brasil revê a história ocorrida com Getúlio Vargas, em 1954 repete-se: Goulart assim como Vargas, encontra-se incapaz de impedir o avanço golpista da direita, mediante as aclamações dos populares e da esquerda, para a defesa da legalidade, e se encontrava incapacitado de gerar satisfação à corporação Militar.

Os golpistas de direita (militares e civis) “em busca de uma nova ordem” depõem João Goulart, do cargo de Presidente da República em 1º de abril de 1964, através de um Golpe de Estado, no qual perdurou por quase duas décadas e meia de 1964 a 1985, período este comandado por cinco generais-presidentes: Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista de Figueiredo.

Com a queda de Jango, seus opositores – a elite brasileira – veem o legado de Getúlio Vargas finalmente aniquilado, tendo a direita democrática, triunfado do populismo Getulista. Mas apesar do que a elite brasileira pensava, os verdadeiros responsáveis pela

queda de Jango e do legado Getulista, foram os Militares da “Linha Dura” conjuntamente com o governo estadunidense, que orquestraram e efetuaram o Golpe. Goulart não sai do poder de forma democrática, resultante da intervenção da elite, através de um Impeachment, mas sim por uma revolta Militar.

Após a deflagração do Golpe de 1964, o “Comando Supremo da Revolução” iniciou uma “Operação Limpeza” que foi um dos marcos no retrocesso dos direitos políticos. A “Operação Limpeza” objetivava psicossocialmente eliminar os movimentos sociais que haviam se fortalecidos anteriormente ao Golpe de 1964, entre eles o movimento estudantil, acusado de “inimigo interno”, o qual deveria ser combatido. O governo passa oficialmente a assumir o estereótipo do herói, das forças benígnas, que está em constante conflito com as forças do mal, estando em frequente embate. Esta ideia construída e propagada pelos setores dominantes foi essencial para justificar a necessidade do aparato político repressor totalitário.

A oficialização das leis que dariam origem ao SNI (Serviço Nacional de Informação) inicializou-se no governo de Castelo Branco, visto como a linha “branda” do Exército, Castelo afirmava que o período de permanência do Exército no poder era temporário, duraria o suficiente para retirar o Brasil das mãos dos ditos “subversivos”, considerados “inimigos internos”, da nação e que as leis de Segurança Nacional viabilizariam essa transição. Embora os Castelistas tivessem conseguido um vago compromisso de continuidade política por parte de Costa e Silva, pois este fazia parte da chamada “linha dura” do exército, o compromisso de continuidade governamental não foi cumprido. A chegada da linha dura ao poder gerou um endurecimento nas leis e na repressão contra os “traidores da consciência democrática”; “espúrios”; “peçonhentos inimigos da democracia”; “serpentários”; “cancro tenebroso”, “praga sem limites”; “cupim que solapa a treva”; “vírus comunista”; “subversivos”; “terroristas”; “corruptos”; “criptocomunista”, como eram denominados os que iam de encontro com o pensamento “revolucionário Militar”.

A Lei de Segurança Nacional – LSN visava defender o país da “guerra interna” que supostamente estava em eminência no governo de João Goulart, novas penalidades eram prevista para os “terroristas comunistas”. Os conceitos que subsidiava a LSN advinham das doutrinas desenvolvidas pela ESG – Escola Superior de Guerra, Escola a qual Castelo fora ativo participante. Os Militares obrigaram através da LSN a todos os civis a seguirem as doutrinas que segundo eles haviam libertado o Brasil de uma Guerra Civil e das garras da “besta fera dos comunistas”. Um dos princípios da LSN era que todo brasileiro nato ou naturalizado, estrangeiros ou pessoa jurídica seriam responsáveis pela segurança do país,

seguindo os limites da lei, ou seja, todo cidadão tem o direito e o dever de denunciar qualquer situação ou pessoa que vá de encontro com os ditames políticos dos Militares.

A contradição da LSN é que mesmo em conflito com a constituição de 1964 os Castelista acreditavam que ela era o único meio para se preservar a democracia. O decreto – lei que originou a LSN foi aprovado em fevereiro de 1967 e a sua aprovação permitia a instauração do Serviço Nacional de Informação – SNI nos Ministérios e que seus funcionários tivessem acesso as repartições públicas e privadas afim de melhor fiscalizar a política nacional, ou seja, a LSN e a SNI foram os fortalecedores das políticas censoras existentes durante a Ditadura Militar. Segundo Carneiro:

Temiam-se os homens de vasta cultura. Professores e estudantes de Ciências Humanas e Ciências Políticas incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias de torturas, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, as peças de teatro. Temiam-se os homens com passado de militância política, razão pela qual o regime militar instituiu os corriqueiros atestados de antecedentes políticos. (...) O DEOPS transformou seus “arquivos gerais” numa importante arma contra a resistência ao regime militar: o passado contava muito... aliais, tudo contava, até a posse de um único livro (CARNEIRO, 2002, p. 165).

O SNI tinha como principal função o controle ideológico, ele é responsável por repassar em primeira mão as informações de teor estratégico para à presidência da república, detendo o conhecimento de informações capaz de subordinar, destruir ou eliminar qualquer liderança com visão ou posicionamento oposto ao governo. Evidenciamos assim a existia de um temor constante a classe de pensadores e o que estes poderiam propagar.

O Ministro da Educação, pós-golpe de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda, além de implantar oficialmente Comissões Especiais de Inquéritos dentro das universidades, instalou também uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), que foi baseada na Lei Federal Nº 4.464 de 9/11/1964, apelidada de lei “Suplicy de Lacerda” (BRASIL, 1964). Esta lei criava uma nova estrutura de associações estudantis ao nível federal, estadual e municipal, proibindo a todos os estudantes de engajarem-se em qualquer atividade político partidária, sendo punidos os que desobedecessem, com a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM), podendo gerar a prisão dos envolvidos. Os diretórios acadêmicos passaram a ter finalidade cívica, cultural, social e desportiva, ou seja, tornavam-se verdadeiros grêmios recreativos para classe estudantil. Após essa lei, parte do movimento estudantil inconformado com as novas diretrizes de atuação passou a agir na clandestinidade.

No período que abarca os anos de 1964 a 1988, as instâncias censórias nacional e regional produziram relatórios de atividades com periodicidade mensal e anual. Além dos relatórios de atividades, os técnicos de censura produziram uma lista de portarias emitidas

pela censura em Brasília que vai de 1964, quando começou a centralização do órgão, a 1988, quando a censura foi extinta pela Constituição. O Departamento responsável pela censura brasileira era o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

A estratégia básica do governo militar, no que tange à circulação das produções culturais entre anos de 1964 a 1969, foi, contraditoriamente de preservação das produções culturais e a tentativa de liquidar o seu contato com a massa operária, camponesa, estudantil e intelectual.

Embora os livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo da direita, não houve nos primeiros anos após o golpe Militar de 1964 a estruturação de um sistema único e firme de censura a livros. A ausência de uma regulamentação censória em relação a livros fez com que entre o *best-seller* de 1968 constasse, por exemplo, o clássico do pensamento nacional de esquerda, *Um projeto para o Brasil*, de Celso Furtado.

A constituição de 1967 vem neste contexto como mais um instrumento para sufocar os movimentos antigolpistas, ela oficializa a centralização da censura nas mãos do governo Militar. A lei 5.536, de 26 de janeiro de 1968, é criada para dar embasamento ao artigo 153§ 8º, parte final da constituição de 1967, incluindo as novelas televisivas no conjunto de material (livros, peças teatrais...) a ser examinado pelo Conselho Superior de Censura, localizado no prédio do Departamento Federal de Segurança Pública em Brasília. Com a instauração do AI-5 em 1968, a repressão política e a censura se intensificaram.

O ano de 1968, também é marcado pelo “golpe dentro do golpe” ocorrido em 13 de dezembro, no governo de Costa Silva. O AI-5 (BRASIL, 1968) surge como um dos mecanismos mais importantes para se colocar em prática as perseguições, cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, suspensão de garantias individuais e criou as condições adequadas para a censura, à divulgação de informação contra os militares, às manifestações de opinião e as produções culturais tanto no campo literário, quanto artísticas (teatral, televisiva e cinematográfica). 1968 é marcado pela tomada do poder pelo grupo militar conhecido como linha dura.

A censura e a repressão a livros no Brasil dos anos de chumbo iniciam-se oficialmente em 1968, quando a constituição do ano em questão, a emana como atividade do governo federal. Segundo Sandra Reimão:

Na realidade, entre 1964 e 1968, isto é, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada e pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confisco e coerção física (REIMÃO, 2011, p. 20)

O Decreto - lei 1077/70 surge para regulamentar a censura a livros, sofrendo estes censura prévia, ou seja, antes da impressão e publicação os livros poderiam ser vetados pelos censores. Estava assim redigido:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de material infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

A portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970 foi criada com a finalidade de tornar operacional o Decreto – Lei 1077/70, determinado assim que todas as publicações fossem previamente enviadas ao Ministério da Justiça para avaliação. Segundo Reimão:

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova instrução para portaria 11-B: “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científica, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes (REIMÃO, 2011, p. 277).

Não podemos ignorar que o terrorismo do Estado sobre a produção literária produziu de forma inconsciente a autocensura, ou seja, o medo fazia com que autores alterassem suas narrativas a fim de escapar da censura, gerando assim na literatura da época trabalhos recheados de mensagens subliminares, sugerindo ou insinuando determinados assuntos proibidos, ricos em alegorias e metáforas, burlando assim os censores. A precária formação dos censores e da não existência de um manual gerou o uso de critério pessoais, a falta expressiva de sensores (17 sensores em 1970) impediu que censura prévia fosse realizada em uma escala maior. No período tutelado pelos militares o primeiro concurso para censor foi realizado em 1974, ocorrendo posteriormente mais 5 concursos, sendo o último realizado curiosamente em 1985.

Na prática era improvável que os censores conseguissem ler todos os livros editados no território brasileiro, por este motivo a censura dos livros dava-se por denúncia, ou seja, um popular ao fazer a leitura de determinada obra a considerasse atentatória à moral ou mesmo subversiva denunciava ao Ministério da Justiça, este enviava o processo que analisaria e emitiria um parecer.

Ao longo do período tutelado pelos Militares, as universidades do Brasil receberam diversos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), documentos estes que iam desde a desvinculação de alunos, expulsão de funcionários à

retirada de livros ditos proibidos dos acervos das bibliotecas universitárias. Segundo Carlos Fico:

[...] o cotidiano dos que viviam do trabalho intelectual e que se contrapunha ao regime militar, a repressão foi extremamente prejudicial. Bibliotecas longa e custosamente constituídas foram dispersadas; anotações meticulosas, destruídas, fatos outrora corriqueiros, como ter livros ou editar algumas publicações, passaram a ser incriminadores (FICO, 2001, p. 190).

Durante o período tutelado pelos Militares havia uma classificação de temas censurados, denominados de “proibições determinadas”. Os livros censurados nos anos de chumbo foram divididos em quatro categorias: Livros de Ficção, não Ficção, eróticos/pornográficos e Peças de teatros censurados para publicação em livro.

O pior da censura literária no Brasil dos militares é que em parte ela foi voluntária. Ideias impopulares foram silenciadas, e fatos inconvenientes foram mantidos à sombra, antes mesmo de passar pelos censores, isto porque havia um acordo indireto entre o governo e as editoras, segundo o qual o que não convinha expor para população não deveria ser editado e em contrapartida não seriam perseguidos pelo governo. Dentro das editoras e da biblioteconomia o principal atentado contra a liberdade de pensamento e de expressão não é a interferência direta do governo e sim a autocensura e esta é o resultado da pregação de doutrinas totalitárias, gerando assim automaticamente em larga escala a propagação de livros no qual a população é incapaz de aquilatar a verdadeira natureza do regime militar.

## **2.5 O Desenvolvimento de Coleções: o Poder nas Bibliotecas**

No momento em que uma biblioteca é criada o desenvolvimento de sua coleção é à base do seu surgimento. O bibliotecário tem como uma das funções e responsabilidade primaria fornecer as estantes da sua biblioteca livros que contribua com desenvolvimento intelectual do seu público. Toda biblioteca é um organismo em desenvolvimento e para entendermos precisaremos ter uma breve noção dessa função essencial para seu surgimento e crescimento orgânico. Segundo Nice Menezes de Figueiredo:

Em obras publicadas ainda no século XVII, era declarado que “a arte de constituir uma biblioteca requer mais do as modestas práticas de um vendedor de livros; o bibliotecário, na verdade, tem que conhecer tanto livros como pessoas, o bastante para fornecer os livros apropriados para seus leitores, sem hesitação, assim como os



farmacêuticos têm que conhecer tanto as drogas como as pessoas para prescreverem as drogas necessárias aos seus pacientes (FIGUEIREDO, 1998, p. 11).

A seleção dos livros pode ser vista como uma arte (a definição como arte advém do século XVII) ou ciência (posição trabalhada por intelectuais do século XX) que vem se aprimorando ao longo dos séculos conjuntamente com a biblioteconomia, por isso as decisões tomadas a respeito da aquisição ou exclusão dos livros são de extrema importância para o crescimento harmônico de uma biblioteca, garantindo que os objetivos estabelecidos pela instituição não se percam ao passar do tempo, pois a biblioteca não pode se torna um depósito de livros sem utilidade, mais pode fornecer praticamente tudo que o leitor deseje, assim, a política de seleção se torna indispensável. Devido a sua importância a política estabelecida pela instituição deve ser documentada de forma formal após a elaboração feita pela equipe responsável pelo desenvolvimento da coleção da biblioteca. Segundo Fonseca:

[...] a biblioteca não pode ser um aglomerado de revistas amontoadas pelo mero acaso. Ela é projetada para um determinado objetivo ou fim social. Este o que possibilita as estratégias de ação da biblioteca. Para alcançar esse objetivo ou fim social, é imprescindível a elaboração de instrumento que defina a política para desenvolvimento de coleções, pois estas devem estar orientadas para indivíduos, grupos sociais de um modo geral, conforme o caso (FONSECA *apud* WEITZEL, 2006, p. 08).

O grande volume de publicações conjuntamente com o elevado custo torna impossível comportar em um único lugar toda a literatura (conhecimento) humana. Implantar uma política de desenvolvimento de coleções é primordial, isto porque a biblioteca precisa estabelecer o que se faz essencial para se, ou seja, durante o planejamento das aquisições deve questionar: comprar e-books ou livros impressos, as fontes de acessos digitais devem ser livres ou pagas, o espaço físico comporta essas novas aquisições, será necessário o descarte de material e se for quais os critérios que devem ser usados para que isso ocorra sem prejuízo para a biblioteca e usuário. Por este motivo a política de desenvolvimento deve ser elaborada focando a função e objetivos da universidade a qual a biblioteca está vinculada, o usuário e suas necessidades. A coleção deve ser desenvolvida de acordo com essas políticas e com uma base de generalizações, pois uma das dificuldades do bibliotecário é fornecer ao usuário o livro que melhor esteja moldado ao seu interesse.

Os problemas existentes dentro do organismo da biblioteca estão relacionados não somente aos desafios do dia a dia e a relação biblioteca – usuário, amplia-se a uma conjuntura mais complexa que enquadra a estrutura política – econômica – social – cultural em que vive o Brasil, pois estes fatores influenciam a política administrativa de cada biblioteca universitária pública, visto que estas são subsidiadas pelo governo Federal.

Possuindo recursos financeiros limitados o bibliotecário precisa administrar de forma eficaz essa verba, por estes motivos o Desenvolvimento de Coleções se faz tão importante para o crescimento estruturado da biblioteca.

Para criação da política de Desenvolvimento de Coleções se faz necessário a criação de comissão permanente e que esta comissão tenha como membros o corpo docente, discente, técnicos e bibliotecários. Visto que a biblioteca existe com a função de dar suporte (conhecimento) a Universidade e esta é constituída por categorias definidas (corpo docente, discentes, técnicos e bibliotecários) e cada categoria (grupo) tem suas necessidades, torna-se fundamental ter um membro de cada grupo para expor suas necessidades e anseios, criando assim formas para que os interesses da instituição e de cada grupo seja alcançado.

Este processo deve ser contínuo e dinâmico e deve estar acoplado a uma análise da comunidade, de suas necessidades, a alocação de recursos financeiros, a seleção e aquisição (compra, doação ou permuta) e até mesmo o seu desbastamento (descarte ou remanejamento). Não podemos esquecer que apesar de ser uma política essencial e estar presente em todas as bibliotecas, não é desenvolvida da mesma forma, a ênfase dada em cada etapa será determinada pelos objetivos institucionais e do tipo de clientela.

A biblioteca deverá adquirir materiais que sirvam de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, aos programas das disciplinas, aos programas de pesquisa e extensão e fornecer obras de referência em áreas de assunto específicos, gerais e/ou afins. A coleção (acervo) será formada por materiais bibliográficos e especiais. O acervo deve ser dividido em 3 grandes níveis, sendo:

- **Nível geral** – materiais de consulta, literatura corrente e periódicos que forneçam suporte aos programas das disciplinas de formação geral e instrumental dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ensino, tais como enciclopédias e dicionários gerais e especializados, manuais, anuários, diretórios, índices, abstracts, periódicos técnicos e jornais diários.
- **Nível de ensino** – materiais que deem suporte ao processo ensino-aprendizagem dos programas das disciplinas de formação profissional dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, incluindo materiais bibliográficos como livros, periódicos e materiais especiais como partituras, iconográficos e audiovisuais.
- **Nível de pesquisa** – materiais com nível de profundidade capaz de apoiar os programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação como

trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa e extensão, e em nível de pós-graduação como monografias e dissertações.

Para que uma biblioteca possa desenvolver uma política de coleções se faz necessário estabelecer de forma bem clara e específica os objetivos aos quais ela se propõe a alcançar tendo como base a coleção já existente ou a que ira desenvolver. Possuindo como norteador para sua implantação os itens abaixo que segundo Nice Menezes de Figueiredo são pontos necessários:

- ✓ Propósito da biblioteca – o livro não deve estar em conflito com as metas filosóficas da bibliotecal;
- ✓ Qualidade – o livro deve manter os padrões de qualidade estabelecidos pela biblioteca, com relação à respeitabilidade do conteúdo e às características físicas;
- ✓ Recensões – o livro deve ser adequado às capacidades, necessidades e interesses do usuário;
- ✓ Aplicabilidade – o livro deve ser analisado e avaliado sob o ponto de vista de sua aplicabilidade a um público grande ou pequeno;
- ✓ Uso – a determinação deve ser feita quanto o uso mínimo previsto. Um livro pode ter um curto uso antecipado e logo se tornar obsoleto; mas se recebe um número prescrito de usos, então a sua aquisição é justificada. De outro lado, um livro pode receber um uso limitado mas ser de valor permanente. Não pode ser criada uma fórmula para resolver este problema;
- ✓ Auxiliares bibliográficos de seleção – devem ser consultados para assegurar que o livro considerado é, na verdade, o melhor para a biblioteca;
- ✓ Recursos afiliados – um livro não deve ser adquirido se está convenientemente acessível ou pode estar mais apropriadamente guardado na coleção de outra agência da comunidade;
- ✓ Influência cultural – o livro deve apoiar a posição local no que diz respeito a grupos culturais, políticos, étnicos, religiosos ou sociais;
- ✓ Censura- a política com respeito à censura deve ser desenvolvida por uma comissão representativa dos interesses seccionais e diversificados dos usuários da biblioteca;
- ✓ Equilíbrio da coleção de livros – os livros selecionados devem manter a coleção adequadamente proporcional às necessidades e ao uso dos usuários;
- ✓ Objetividade do selecionador – os livros devem ser selecionados para atender às necessidades dos usuários e não ao que o bibliotecário imagina serem aquelas necessidades;
- ✓ “Mídia” alternativa – a consideração da “mídia” alternativa podem influenciar grandemente na direção que a biblioteca seguirá a respeito a aquisição de material impresso e não-impresso (FIGUEIREDO, 1994, p. 35 - 36).

Os itens citados tendem a gerar metas, objetivos e contribuir para identificar as necessidades da comunidade, fornecendo um parâmetro para o desenvolvimento das coleções.

O universo editorial é muito vasto, tornando impossível a aquisição da sua vasta literatura, e que o bibliotecário tenha o conhecimento de tudo que se faz necessário para seu usuário, não podendo este profissional se limitar unicamente a sugestões dada pela comunidade, por isso a necessidade de uma comissão coesa e aliada ao uso de auxiliares de seleção ou fontes de seleção onde poderão obter informações de itens específico e de qualidade para seus usuários.

A coleção deve ser selecionada e desenvolvida para atender os interesses e necessidades de seus usuários, facilitando sobremaneira o acesso, a recuperação e a disseminação da informação. Portanto, o êxito da coleção está diretamente ligado a uma política de seleção.

O processo de desenvolvimento de coleções teoricamente é dividido em sete etapas: Estudo da Comunidade; Política; Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbastamento; Descarte; Remanejamento. Segundo Weitzel:

A literatura especializada também menciona a necessidade de considerar outros itens relacionados com o processo de desenvolvimento de coleções tais como armazenamento, conservação e preservação; compartilhamento de recursos informacionais, censura, direitos autorais, liberdade intelectual, entre outros (2006, p. 18).

As bibliotecas universitárias não devem perder o foco dos interesses informacionais da comunidade de usuários. Utilizando assim critérios tanto quantitativos como qualitativos no desenvolvimento de coleções, podendo assim ajudar a criar um acervo capaz de atender aos interesses e demandas da comunidade.

Uma política de desenvolvimento de coleções estabelece cada um dos passos necessários para o processo de seleção e aquisição do acervo, como também define critérios de escolha e sugere a necessidade de criar uma Comissão que se responsabilize pelo processo de decisões, ou seja, a política de seleção é um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento orgânico da biblioteca para que as suas coleções estejam em consonância com os objetivos da instituição e os seus usuários.

O ideal é que a seleção seja feita por uma comissão composta de uma representação do corpo discente, um membro da administração, um membro do corpo docente, um membro do corpo técnico e um bibliotecário que, portanto, conhece a clientela. A Comissão tem como objetivo encontrar maneiras de fazer com que todos os assuntos de interesse da instituição (universidade) se desenvolvam independentemente dos desejos individuais, criando mecanismos formais que permitam a participação de todos os interessados.

A coleção deve ser selecionada e desenvolvida para atender os interesses e necessidades da comunidade acadêmica no caso das bibliotecas universitárias, facilitando sobremaneira o acesso, a recuperação e a disseminação da informação. Portanto, o êxito da coleção está diretamente ligado a uma política de seleção.

A seleção consiste na escolha dos materiais (bibliográficos e especiais) que farão parte da coleção. A responsabilidade pela formação do acervo será da Comissão Permanente de Seleção de Coleções. O processo de seleção sistematizado e consistente, propicia o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do acervo que dão suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

### 2.5.1 A ação dos bibliotecários em relação à censura no Regime Militar brasileiro

O despreparo e a não tradição dos Bibliotecários brasileiros na luta contra a censura infelizmente permitiu que muitos livros se perdessem nos períodos em que a censura foi ativa e atuante. Assim, o desenvolvimento de coleções em todas as unidades de informação brasileiras, com ênfase nas bibliotecas universitárias, foi terrivelmente afetada pelo controle de obras, informações e produções autorais no período.

Tendo em vista que este despreparo não foi uma característica única do Brasil ao longo da sua história e sim uma realidade das bibliotecas de todo o mundo, em 1939 na reunião da ALA (Conselho da *American Library Association*) foi discutida, aprovada e elaborada por Forrest Spaulding, diretor da Biblioteca Pública de *Des Moines*, a base do que seria a primeira Declaração de Direitos da Biblioteca. Estando em um período conflituoso (2º guerra mundial), a ALA percebeu que uma Declaração não seria o suficiente e criou um ano após o “Comitê sobre Liberdade Intelectual”, este comitê objetivava salvaguarda os direitos dos usuários as informações. O comitê foi responsável pelo melhoramento da Declaração de 1939. O Documento é constituído de seis itens e nele está contida a política e a visão da ALA a respeito dos direitos do usuário. Vergueiro nos expõe este itens:

A *American Library Association* afirma que todas as bibliotecas são foros de informação e idéias, e que as seguintes políticas básicas devem guiar seus serviços:

I. Livros e outros materiais de biblioteca devem ser providos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a ser servida. Nenhum material deve ser excluído por motivos de origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuíram para sua criação.

II. As bibliotecas devem prover materiais e informação que apresentem todos os pontos de vista com relação a fatos históricos e correntes. Os materiais não devem ser proibidos ou removidos por razões de desaprovação doutrinal ou partidária.

III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de prover informação e esclarecimento.

IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos preocupados em resistir à restrição da livre expressão e livre acesso às idéias.

V. O direito de um indivíduo ao uso de uma biblioteca não deve ser negado ou reduzido devido à sua origem, idade, antecedentes ou pontos de vista.

VI. As bibliotecas que tornam acessível, ao público que servem, espaços e salas de reuniões, devem deixar tais facilidades acessíveis em bases equitativas, independente das crenças ou afiliações de indivíduos ou grupos que solicitem seu uso (VERGUEIRO, 1987, p.22).

Não podemos deixar de ressaltar que a declaração foi elaborada em um período de tensão mundial, o mundo havia passado por uma grande guerra mundial e vivenciava as suas consequências e já adentrava em uma segunda guerra mundial. Estes itens tratam da realidade estadunidense e por este motivo cada nação precisa adaptar a sua realidade.

Além da censura governamental, o bibliotecário ainda precisou lidar com a censura individual ou de grupos com pensamentos ideologias (políticos, culturais, sociais ou religiosos) e com a sua própria autocensura, visto que o bibliotecário é um ser social, as suas vivências influenciam as suas escolhas e atitudes, tornando assim essa à censura mais difícil de combater, pois a censura governamental ou de indivíduos ou de grupos o bibliotecário possui duas escolhas lutar ou aceitar a imposição.

Como pode ser observado nos estudos de campo desenvolvidos por essa e outras pesquisas congêneres, a destruição dos livros proibidos foi a solução predominante para manter as bibliotecas em funcionamento. Segundo Sandra Reimão (2011) uma de suas mais importantes constatações no estudo do tema foi:

[...] a de que a censura, durante a ditadura militar brasileira, foi parte de um aparelho de coerção e repressão e resultou em enormes prejuízos para o exercício da cidadania e da cultura. O estudo conduziu-nos, por fim, à verificação da existência de grande número de ações de resistência à opressão. Foram muitos os atos e as manifestações contra a censura por parte de grandes escritores, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, e também por parte de grandes intelectuais e editores como Ênio Silveira. Por fim, e talvez principalmente, foram muitos os atos de resistência realizados por uma grande legião de anônimos – pequenos e médios editores, impressores e livreiros que, no limite de seus campos de ação, atuaram com dignidade e em prol da liberdade, mesmo em tempo sombrios. Não nos esqueçamos de incluir os leitores nessa silenciosa legião de pessoas que com pequenos atos buscaram preservar os direitos humanos essenciais nas adversidades – pois, lembremos, em certos momentos, até mesmo comprar, carregar e guardar alguns livros podia ser perigoso (REIMÃO, 2011, p. 111).

Desse modo, a proteção das obras sujeitas à ação de censura que faziam parte dos acervos das unidades de informação no Brasil foi muito heterogênea. Com uma legislação profissional muito recente, e a formação do conselho e associações de classe em encaminhamento na década de 1960, os bibliotecários em atividade se encontravam

despreparados para agir mediante os instrumentos de censura. Assim, as soluções vieram de iniciativas individuais: desde o ocultamento das obras até o descarte formal e sua total entrega para incineração.

Não podemos ver as bibliotecas como sendo unicamente um lugar de memória/história, assim como não podemos ignorar que a retirada direta dos livros, através da censura, dos acervos das bibliotecas gera um efeito raro, ou seja, o livro passa ao patamar raríssimo pela dificuldade de encontrá-los. Estes livros tiveram sua exclusão decretada por propagarem pensamentos e discursos temíveis para os governos autoritários e pseudodemocráticos. Segundo Foucault:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Sendo assim não podemos ignorar os efeitos da censura nas bibliotecas universitárias, assim como devemos inquirir sobre seu efeito, sobre a presença ou ausência destes livros censurados. A biblioteca surgiu para ser um espaço apolítico no sentido da imparcialidade na composição de seus acervos, mais que infelizmente sofreu e sofre consequências das ações políticas do Estado. O Bibliotecário precisa ser um cidadão politizado e a Biblioteca ou Sistema precisa ter formalizada uma Política de Desenvolvimento de Coleções, mas o resultado da ação profissional sob as diretrizes expressas deve contemplar de modo ético e sem tendências todos os pontos de vista e discursos circulantes na sociedade, combatendo a ideia da “verdade unívoca” e do “discurso único”, característicos da hegemonia cultural e científica. A imparcialidade ao qual o bibliotecário deveria reger suas ações foram e são ignoradas pelos governos autoritários e pseudodemocráticos, estes impõem suas ordens aniquilando assim com pluralidade discursiva que deveria existir nas suas coleções. A imposição da aniquilação da pluralidade no acervo gera o fim do embate discursivo reduzindo a gama de informações para o usuário, tornando-as propagadoras do discurso dominante.

O ambiente social e democrático da biblioteca universitária passou a ser extinto através do viés imposto pela ditadura e a sua retomada com o fim da censura é inconclusiva, visto que os livros retirados das suas prateleiras em sua maioria não retornaram motivados pela falta de recurso e pela não reedição destes, pois assim como as bibliotecas as editoras foram duramente censuradas.

Mesmo se tratando de um fato, de uma memória recente (ditadura), os livros que foram censurados dificilmente retornaram em sua totalidade para as bibliotecas universitárias.





### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste trabalho apresentamos alguns elementos evidenciados ao longo da pesquisa como a resistência direta e indireta ao regime militar através da produção literária que foi duramente perseguida e censurada neste período, gerando assim uma lacuna nas bibliotecas brasileiras, pois estas foram obrigadas a retirarem estes exemplares proibidos das suas prateleiras.

Em nossa pesquisa interessamo-nos pela retiradas dos livros censurados na ditadura militar brasileira, do acervo das bibliotecas universitárias brasileiras, observando como ambiente informacional o Sistema de Bibliotecas da UFS. Em especial, a observação se volta para a Biblioteca Central (BICEN), pois ela foi a agregadora das obras das bibliotecas departamentais originais, visto que o campus universitário não havia sido finalizado no período entre 1964 e 1970.

Na construção de nossa argumentação utilizamos três materiais básicos: livros que trataram o tema em questão, documentos arquivísticos e narrativos. O material arquivístico foi coletado no Arquivo Central da UFS. Propomos aqui, por meio dessas informações coletadas, a análise de alguns pontos básicos, como a perenidade das ações de censura, com relação à composição dos acervos das bibliotecas universitárias.

A verificação de outros trabalhos de grau congêneres, produzidos recentemente, como a tese de livre-Docência de Sandra Reimão (2011), nos informam que as ocorrências no SIBIUFES são, de fato, parte de um processo social maior, com fôlego de fenômeno. Ou seja, mesmo sendo esse um estudo de caso, com alcance local, na verdade ele pode ser interpretado como situacional das bibliotecas universitárias do Brasil, quando comparado a outros trabalhos norteados pelo mesmo problema de pesquisa.

Sendo assim, nossa pesquisa é do tipo aplicada, de natureza exploratória, foi precedida de levantamento bibliográfico e comparativo com estudos de campo em documentação primária e legislação vigente na época. Também foram verificados documentos normativos e publicações institucionais da UFS na época e na atualidade. A pesquisa pertence à linha da “Mediação, Circulação e Apropriação da Informação”, conforme pesquisa no Portal da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e também a linha “Informação e Sociedade”, instituída pelo programa de graduação do Departamento de Ciência da Informação (DCI/CCSA/UFS), assim definida:

Considerando a informação como um fenômeno social, discutem-se seus aspectos teóricos e as relações que estabelece com a sociedade, a cultura, a história, o patrimônio cultural e os equipamentos culturais. Reflete-se sobre a leitura, a

competência informacional, a memória, o documento imagético, as atividades culturais, o usuário e a mediação da informação em unidades de informação e seus espaços alternativos. Fundamenta-se em estudos e abordagens teóricas oriundos das disciplinas: história, sociologia, antropologia, educação e comunicação.

Como se trata de um trabalho de conclusão de curso, serão levantados os questionamentos com a finalidade de buscar as informações, principalmente de caráter documental, que se encontram dispersas em diversa documentação primária ainda não estudada. Segundo Laville e Dionne, (1999, p. 131) “o pesquisador deve decidir como procederá à sua verificação: deve determinar as informações que serão necessárias, as fontes às quais recorrer e a maneira de recolhê-las e analisá-las para tirar conclusões”. Os mesmos autores fazem observações quanto a produção de um trabalho imparcial e integro, a realidade encontrada na produção da pesquisa:

É uma grande tentação de se associar a ideia de pesquisa com dados criados à pesquisa aplicada, uma vez que esta supõe ação ou intervenção, e de vincular, da mesma forma, a pesquisa com dados existentes à pesquisa fundamental que não quer modificar o real. Todavia, é preciso evitar estabelecer tais vínculos com demasiada rapidez, pois as duas categorizações são definidas em bases muito diferentes, uma fundada nas intenções do pesquisador, e outra, acabamos de dizê-lo, no tipo de informações colhidas (LAVILLE ; DIONNE, 1999, p. 134).

A escolha da pesquisa exploratória dá-se a partir da reunião dos objetivos e das ideias, nas quais giram em torno do problema de pesquisa tem influência direta sobre o trabalho de gestão de bibliotecas, em especial do Desenvolvimento de Coleções, em atuação profissional especializada do Bibliotecário e Documentalista, em diferentes unidades de informação. Previamente, o estudo levou ao levantamento bibliográfico em livros, revistas científicas, periódicos, em banco de dados e no mercado profissional, para que pudesse identificar os teóricos que falam a respeito das fontes científicas e sua possível aplicação ao esgotamento do problema de pesquisa. Foi analisada como ambiente social a Biblioteca Universitária, considerando que a leitura dos universitários se constituía numa das preocupações expressas em grande parte dos documentos normativos de autoria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na época do Regime Militar.

### **3.1 Procedimentos de Pesquisa**

Do ponto de vista da documentação primária que será analisada, este trabalho de pesquisa irá se debruçar sobre documentos arquivológicos do período histórico analisado, como o teor de ofícios enviados à UFS na época. Também foi verificado o conteúdo das leis

diretamente ligadas à censura, de modo que constaram da análise as sanções, verdadeiras ameaças à vida e liberdade daqueles que ousassem transgredir às imposições socialmente colocadas.

Os títulos selecionados para verificação foram selecionados a partir da obra “Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil” de Carneiro (2002), onde está denominada INDEX como o conjunto de obras censuradas. Os documentos com conteúdos citados nesse trabalho vão constar como anexos, para evitar as dúvidas despertadas pela questão da documentação cinzenta (não publicada ou publicizada).

Com relação às obras censuradas, o estudo em questão trabalhará unicamente com a busca dos livros de não-ficção listados durante o Regime Militar, para verificação da reincorporação ao acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFES). Como exemplos dos títulos de não-ficção censurados pela Ditadura Militar e buscados junto aos acervos do sistema citado, estão:

- ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.) **Classes Médias e Políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. **Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALMEIDA, Hélio. **Basta Bastardos**. Sem dados editoriais.
- ALVES, M. M. **O Despertar da Revolução Brasileira**. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- ALVES, M. M. **Torturas e Torturados**. Lisboa/Rio de Janeiro: Cidade Nova, 1967.
- ARATANGY, L. R. ; TOLEDO FILHO, S. de A. ; FROTA-PESSOA, O. **Programa da Saúde: Projetos e Temas de Higiene e Saúde**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- CHAGAS, Carlos. **113 Dias de Angústia: Impedimento e Morte de um Presidente**. Rio de Janeiro: s.c.p., 1970.
- JOSÉ, Artur. **O Poder jovem: História da Participação Política dos estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- MOISES, J. A. (org.) et al. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Cedec, 1977.
- MOURÃO, Olímpio. **Memórias: A Verdade de um Revolucionário**. Petrópolis: Vozes, 1968.
- MURARO, Rose Marie. **A Mulher na Construção do Mundo Futuro**. Petrópolis: Vozes, 1966.
- MURARO, Rose Marie. **A Automação e o Futuro do Homem**. Petrópolis: Vozes, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **O Mundo do Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RIBEIRO, DARCY. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- SERRA, J. (org.); FURTADO, C. (org.) **América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUTO MAIOR FILHO, M. **Dicionário do Palavrão e Termos Afins**. Recife: Guararapes, s.d.

Ao observarmos esta lista, podemos constatar que a maioria dos livros elencados tem como autores ou organizadores ativistas políticos e seus livros eram vistos como suportes dos ideais comunistas e estes intelectuais seus principais veículos de divulgação e propagação comunista. Por estes motivos eram o grupo mais visado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e suas subdivisões estaduais (DEOPS). Não podemos esquecer que o livro neste período era um dos mais fortes veículos de disseminação da informação, juntamente com os jornais e revistas impressos e as transmissões de rádio por sinal analógico, frequentemente passíveis de emissões clandestinas.

Nos dez anos em que o AI-5 (BRASIL, 1968) esteve em vigor<sup>3</sup>, verificou-se censura, segundo Sandra Reimão (figuras 2 e 3) citando Zuenir Ventura que “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de propagandas de rádio, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopse de telenovelas” (REIMÃO, 2011, p. 275).

*Figura 2: Capas de obras censuradas no período da Ditadura Militar no Brasil*

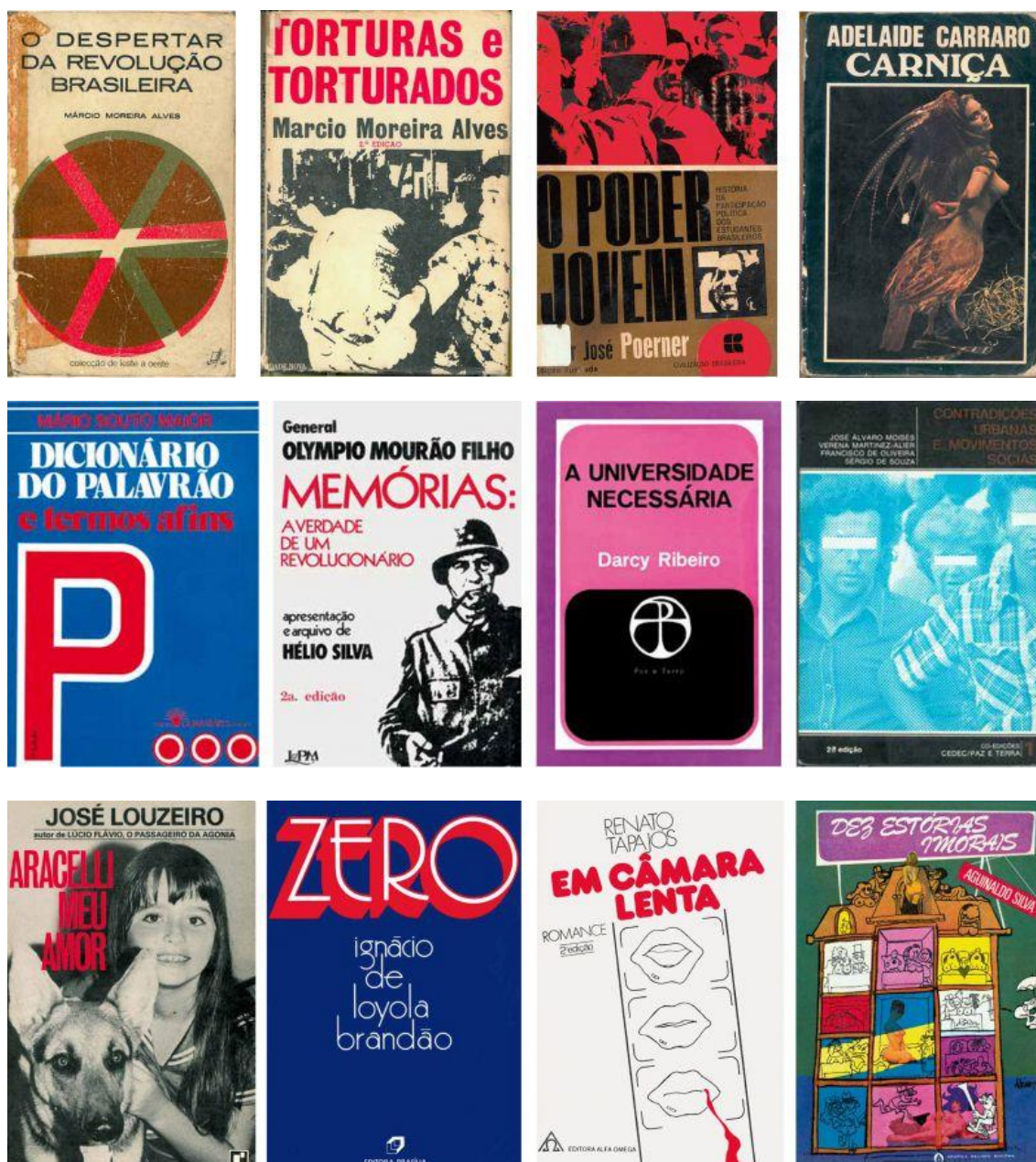


Fonte: Acervo pessoal de Elaine Cristina Fonseca do Nascimento.

<sup>3</sup> Vigorou o AI-5 (BRASIL, 1968) no período que corresponde à 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978, isto porque em 13 de outubro de 1978 foi promulgado a Emenda Constitucional Número 11 revogando o AI-5 em 1 de janeiro de 1979.



**Figura 3:** Capas de obras censuradas no período da Ditadura Militar no Brasil



Fonte: Acervo pessoal de Elaine Cristina Fonseca do Nascimento.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Quando elaborado o levantamento da reincorporação das obras não-ficcionais censuradas durante o Regime Militar ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe, os seguintes títulos foram localizados no acervo da Biblioteca Central (BICEN):

- ALBUQUERQUE, A. G. (org.). **Classes Médias e Políticas no Brasil**, com capítulos de Alain Touraine; Braz J. Araújo; Fernando Henrique Cardoso; Gilberto Velho; M. A. Salvo Coimbra.
  - N° de Chamada: 323.32 (81) C614c
- ALBUQUERQUE, A. G. **Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina**.
  - N° de Chamada: 371.83:32 (8=6) A 345m
- CHAGAS, Carlos. **113 Dias de Angústia** – Impedimento e Morte de um Presidente.
  - N° de Chamada: 328C426
- MOISES, A. *et al.* **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**.
  - N° de Chamada: 323.3 C764c 2.ed
- RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**.
  - N° de Chamada: 378(8=6) R984u / 378(8=6)R984u 2.ed
- SERRA, José (Org.); FURTADO, Celso (org.) **América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica**, com capítulos de Maria da Conceição Tavares; Fernando Henrique Cardoso; Anibal Pinto; Pedro Vuskovic Bravo; Fernando Fajnzylber; Paulo R. Souza; Victor E. Tokman; Arturo O'Connell; Charles Rollins; Mario La Fuente.
  - N° de Chamada: 330.341(8=6)5487a

➤ SOUTO MAIOR. Mário. **Dicionário do Palavrão e Termos Afins.**

○ N° de Chamada: 81'276.2(81)(038)m217d 2.ed

A partir desse levantamento, foram desenvolvidas investigações e pesquisas de campo, para verificar a motivação da reintegração dessas obras ao acervo, assim como observar se a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFS seria propício à esta restituição, no presente e futuro próximo.

#### **4.1 O Impacto das Ações de Censura nos Acervos do SIBIUPS**

Para entendermos o desenvolvimento de coleção da biblioteca da universidade federal de Sergipe nos anos de 1968 a 1978, precisamos entender como se deu a sua criação. A base da criação da UFS se deu com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química em 1948, por iniciativa do governador José Rollemberg Leite, através da Lei n. 26, de 25 de dezembro de 1948. Em seguida, a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia em 1950. Em 1954 é criada a Escola de Serviço Social (com o apoio da Igreja Católica, que objetivava formar professores e agentes sociais) e em 1961 cria-se a Faculdade de Ciências Médicas. A junção dessas Faculdades e Escola superiores daria a base para criação de Universidade Federal de Sergipe (UFS), ocorrendo quando este conglomerado de ensino superior atingiu o número mínimo necessário exigido para que se fosse pleiteado a criação de uma Universidade. Isso foi possível por que segundo Brasil:

[...] vários modelos de universidade federal foram se estruturando no Brasil. Têm-se, então: 1) Federalização: reunião de estabelecimentos privados, estadual, federal ou municipal; 2) criação de universidades sem vínculo, ou seja, sem a existência de antigos estabelecimentos de educação superior; 3) transformação mista: instituições federais, estaduais ou municipais transformadas em universidades federais (BRASIL, 2007).

Em 1963, a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe no governo do Governador Seixas Dória deu início ao processo de criação da UFS, através da Lei nº 1.194, de 11 de junho de 1963, momento este em que o governador Seixas Dória autoriza a junção dos estabelecimentos de ensino superior existentes no estado de Sergipe, em Universidade



Federal de Sergipe. A concretização do campus Universitário deu-se em 1967 pelo Decreto-Lei nº 269 e efetivado em 15 de maio de 1968. Segundo Silvana Aparecida não podemos ignorar as autoridades sergipanas que idealizaram e organizaram a criação da UFS:

Dom Luciano Duarte: professor Cabral Machado; advogado Moreira Filho; o então secretário de Educação, Luís Rabelo Leite; e, ainda, pelos primeiros membros do Conselho Estadual de Educação, composto por José Rollemberg Leite, Lauro Ferreira do Nascimento, José Silvério Leite Fontes, Neide Albuquerque Mesquita, Dalita Côrtes Rollemberg, Ofenísia Soares Freire e Acrísio Cruz. São dignos de registro também os nomes dos diretores das cinco faculdades que inicialmente se congregaram: João Gama, Faculdade de Química; Wilson Barbosa de Melo, Faculdade de Ciências Econômicas; Elza Luz, Faculdade de Serviço Social; Luciano Cabral Duarte, Faculdade de Filosofia, e Antonio Garcia Filho, Faculdade de Medicina (Bretas, 2014, p. 21).

Na época em questão havia duas propostas de regime: sistema de autarquia defendida pelo diretor da Faculdade de Medicina Antônio Garcia Filho, e o sistema de Fundação Federal defendida por Dom José Cabral Duarte, presidente do Conselho Federal de Educação (CFE). Saiu vitoriosa a proposta de Dom José Cabral ficando estabelecida a criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS) integrada ao Sistema Federal de Ensino Superior, incorporando assim todos os cursos existentes no estado.

A fim de proporcionar uma reforma administrativo-acadêmica, em 1978 novas diretrizes implantadas pelo Ministério da Educação fizeram com a então recém criada UFS reformulasse o currículo dos seus 23 cursos existentes na época, distribuindo-os em quatro unidades de ensino existentes até os dias atuais, estes são: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).

A década de 1980 marca o início da transferência gradual dos cursos existentes para as novas instalações do Campus Universitário de Sergipe no município de São Cristóvão. Em 1987 o campus passou a ser denominado Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, após a Resolução UFS- 01/87.

É importante conhecer a criação da UFS, pois antes da criação da Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” não existia a BICEN e sim um conjunto de Bibliotecas Departamentais, ou seja, cada faculdade ou instituto de nível superior que originou a UFS possuía a sua Biblioteca, com acervo próprio e dirigido a cada área de ensino.

Apesar dessa conjuntura estrutural é importante percebermos que a recém criada UFS recebeu vários ofícios do Ministério da Educação e Cultura/Divisão de Segurança d Informações, com instruções sobre as restrições ao acervo e serviços.

Temos como exemplo dois documentos extraídos do Arquivo Central da UFS, localizados durante pesquisas presenciais de campo, ocorridas no semestre letivo 2016-1, que são apresentados aqui como transcritos<sup>4</sup>, para propiciar abertura de acesso em sua íntegra e com a composição original e conteúdo de folhas:

#### **DOCUMENTO 01 (UNIVERSIDADE, 1971A)**

Ofício do Reitor Dr. João Cardoso Nascimento Júnior para o Diretor de Unidade.

[Aracaju], 13 abr. 1971. 1f

Anexos: CONSIDERAÇÕES sobre Editoras Brasileiras e sua ação ideológica Antidemocrática. [5,1., 197\_ ?]. 5f

RELAÇÃO dos professores cientes ao documento. [Aracaju, 1971]. 1f

---

#### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE GABINETE DO REITOR**

OFÍCIO CONFIDENCIAL Nº 07/71  
1971.

Em 13 de abril de

DO Magnífico Reitor da UFS

AO Sr. Diretor da Unidade

ASSUNTO Encaminhamento (faz)

Sr. Diretor

Estamos encaminhando, em caráter confidencial, para conhecimento dessa Direção, cópia de documento que – nos foi enviado pela Divisão de segurança e Informações do MEC,

---

<sup>4</sup> No seguinte caso, o recuo de 4 cm foi desprezado, para preservar a distribuição de texto nas folhas originalmente transcritas. A transcrição inclui técnicas paleográficas, para trechos escritos à mão ou firmados. Não foi autorizada a reprodução imagética dos referidos documentos.

através da informação n. 156/SI/02/DSI/MEC/71.

Na oportunidade, renovaremos a V.S<sup>a</sup> os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

[assinatura]

Dr. João Cardoso Nascimento Júnior

REITOR

### **Cópia do documento supracitado**

Considerações sobre (sic) EDITORAS BRASILEIRAS e sua ação ideológica anti democrática.

1- As editoras VOZES, HERDER E CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA têm publicado obras de orientação esquerdista, destacando-se a linha suspeita e herética da revista da VOZES intitulada “Cultura”, e também, a coleção Biblioteca Universal Popular (Editora BUP), que inclui uma biografia de Mao Tse Tung, escrita por Stuart Shrem e traduzida por Maria Helena Kdhner, a mesma tradutora da obra filo-comunista de Bertrand Russel “Os Crimes de Guerra no Vietnã”. Na orelha do volume, Paulo Francis afirma: “O caminho do Mao será o nosso? Ninguém pode dizer, mas ninguém pode ignorar o sucesso do material de China que, apenas 18 anos de revolução, tornou-se grande potência e fator decisivo nos ventos mundiais. Em 1949, o Brasil queimava suas reservas de divisas em plásticos e outras besteiras, sob um regime de liberal democracia. Hoje decaímos em matéria de desenvolvimento. Continuamos subpotência. E já não temos sequer o pretexto de vivermos numa democracia. Schrem, analisando Mao, apresenta nos um líder de progresso. Vale compará-la com que experimentamos, antes da uma opção”.

A Editôra (sic) VITORIA divulga para o público apenas obras marxistas. O livro de Bertrand Russel (filosofo notoriamente (sic) comunista) \_

“Crimes de Guerra no Vietnã” foi publicada pela Editôra (sic) PAZ E TERRA e defende a posição do Vietnam do Norte, bem como dos vietgongs, a –  
cusando de maneira parcial e violenta,, os norte-americanos. Trans-  
crevemos aqui um trecho do livro, que tem caracter  
todas (sic) as outras partes da obra:

“CIA tem um orçamento que equivale a quinze vêzes (sic) o de tôda (sic) ati-  
vidade diplomática dos Estados Unidos. Essa imensa agência compra\_

[fl.2]

pra membros do Exército e da polícia em outras países por todo mun-  
do. Organiza as listas de líderes populares que devem ser assassina-  
dos. Planeja o desencadeamento de guerras. Invade países.

Na América Latina, um bando de generais reacionário, por  
Instigação da Agência Central de Inteligência e do Embaixador de Es-  
tados Unidos no Brasil, o Sr. Lincoln Gordon, esmagou o govêrno (sic) demo-  
crático de João Goulart.na Argentina, tanques americanos aniquila-  
ram o govêrno (sic) civil de Arturo Prondizi, ùnicamente (sic) porque êsse porta-  
voz conservador dos interêsses da classe média era insuficientemente  
subserviente ao capitalismo do Estados Unidos. Brutais golpes mili-  
tares foram impostos ao Equador, Bolívia, Guatemala e Honduras. Du-  
rante décadas os Estados Unidos armaram e apoiaram um dos mais barba-  
ros e selvagens governantes dos tempos modernos, isto é, Trujillo. –  
Quando Trujillo deixou de serviraos seus interêsses, permitiram que –  
Sofresse o destino de Ngo Dinh Diem, mas os Estados Unidos continua-  
ram a ser inimigos do povo da República Dominicana, como se pode ver  
pela arrogante intervenção militar para esmagar a brava revolução de  
abril de 1965.

O fato de ser essa agressão aberta tolera pelas Nações-  
Unidas e a possibilidade de se manterem os Estados Unidos sem serem\_  
expulsos da mesma, apesar (sic) dessa ostensiva violação da Carta,demons-  
tra que as Nações Unidas se transformaram num instrumento de agres-  
são americana, do tipo demonstrado na República dominicana. Tôdas as  
minhas si parias estão pela luta do povo da República Dominicana,

que continua até este momento”.

II – Examinemos, agora, os livros da ZAHAR EDITÔRES, que tem como Le ma: A Cultura a Serviço do Progresso Social (progresso social\_ entendido de modo diverso por aqueles realmente democratas).

[fl.3]

São obras de orientação suspeita:

“Capitalismo Monopolista” – de Baran e Swezy;

“Dependência e Desenvolvimento da América Latina” – de Cardoso;

“Introdução à História das Idéias Econômicas” – de Heibroner;

“História das Doutrinas Econômicas” – de Neimann;

“Acumulação de Capital” – de Luxemburg;

“Teorias Econômicas, de Marx e Keynes” – de Schumpeter.

Ainda no campo da Economia, a Zahar lançou:

“Escritos Econômicos de Marx” – de Freedman

“História das Doutrinas Econômicas” – pela academia de Ciências da  
URSS;

“O Capital” – de Marx

No setor da Sociologia, a ZAHAR EDITÔRES oferece aos mestres  
e alunos livros que divulgam e justificam o marxismo, como:

“Textos Dialéticos” – de Hegel;

“Proudhon, Hegel e a Dialética” – de Menezes;

“Marxismo” – de Pietre

“Marxismo e Moral” – de Willian Ash;

“Os Marxistas de Homem” – de Erich Fromm.

Em Ciência Política, a Zahar também se preocupou em difundir  
o socialismo, publicando os livros:

“Breve História do Socialismo” – de Mackenzie; e

“Socialismo” – de Sweezy.

Citamos, ainda, como obras publicadas pela ZAHAR, e que têm \_  
orientação não-denocrática:

“China do ano 2001” – de Suyn

“A Dimensão injusta” (Bases para a revolução Igualitária – de Bahia;

“Estruturalismo e Marxismo” – de Ballet e outros;

[fl.4]

“Dialética da Libertação” – de Cooper e outros;

“Problemas e Perspectivas do socialismo” – de Deutscher e outros;

(No livro a Revolução e Repressão”, edição da ZAHAR, Deutscher diz,  
à pág. 27 – “ainda acredito que a luta de classes é a força (sic) moto-  
ra da história... )

“O Marxismo e o Mundo Moderno” – de Drachkevitch;

“Meu Encontro com Marx e Freud” – de Erich Fromm;

“Karl Marx” – de Roger Garaudy;

“Lênin e a Revolução Russa – de David Horowitz, com prefácio de Berbrand (sic)  
Russel, filósofo marxista;

“A Exploração do Terceiro Mundo” – de Jalés;

“Origens da Revolução Russa” – de Kochan;

“Socialismo Democrático” (o absurdo começa no título) – de Radice;

“O Problema Chinês” – de Roger Garady;

A Zahar também foi responsável, no Brasil, pela publicação \_  
das duas obra de Marcuse que tanta agitação provocaram em países do  
mundo inteiro:

“Eros e Civilização” e “ A Ideologia da Sociedade Industrial”.

Acompanhando a linha revolucionária que pretende atingir os \_  
seus objetivos de conquista através da dissolução de costumes, a ZAHAR  
publicou a “Revolução Sexual”.

Dirigindo-se diretamente à juventude, para conquistá-la ao so-  
cialismo, são também os livros:

“Socialismo da Juventude (I) – da Europa de Marx à América Latina de  
Hoje” (com textos de Marx e Echevarria, entre outros);

“Socialismo da Juventude (II) – para uma Sociologia Diferencial” (di-  
versos);

“Socialismo da Juventude (III) – A Vida Coletiva Estudantil” (que inclui

[fl.5]

juventude francesa);

“Sociologia da Juventude (IV) – Os Eventos Juvenis” (com textos, entre outros, de Trotsky);

Em sua Biblioteca de Cultura Histórica, a Zahar publicou:

“História Resumida da Revolução Russa” – de Carnichael; e

“América Latina Contemporânea: Modernização, Desenvolvimento e Dependência”.

De vez em quando, porém, a ZAHAR edita livros isentos de propaganda filo-comunista (talvez forçada pelas circunstâncias políticas, no Brasil atual), caso em que está excelente obra de dois \_ professores (sic) e pesquisadores – ‘A Opinião Pública’ – de Robert Lane Davi O. Sears, cuja a leitura recomendamos não só em geral, como, Principalmente, aos que militam no campo das comunicações de massa, sejam profissionais, estudante ou professores (sic), e ainda, aos que \_ trabalham em órgãos de informações.

Examinamos mais detalhadamente as edições da Zahar porque \_ são as mais procuradas pelos estudantes (de modo especial, universitários), pois os mesmos procuram se enquadrar em matérias como \_ Sociologia, Ciências Sociais, História, Economia, Administração, Psicologia, etc.

Ass. Ilegível.

**Assinatura de ciência do ofício**

CONFIDENCIAL

Nº07/71

CIENTE

Em

José Bispo dos Santos

14.06.71

Abis Uilan (sic) de Carvalho

14.06.71

Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
J Leite (rubrica)	14.06.71
(?) Marciel	14.06.71
Humberto R. Souza	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
(?) Vieira	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Lauro (?) de Oliveira	14.06.71
Carlos Augusto Ayres F. de Britto	14.06.71
José (?) de Oliveira	14.06.71
M A Gonçalves	14.06.71
Wilma Alves de Souza	14.06.71
Maria Hosorio de Souza	14.06.71
Sônia Maria de Azevêdo (sic) Soares	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
(?) Mendonça	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Cabral Machado	14.06.71
Carmen Machado da Costa	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71
Ass. Ilegível	14.06.71



**DOCUMENTO 02 (UNIVERSIDADE, 1971B)**

Ofício do Reitor em exercício Dr. Luiz Bispo para o Diretor de Unidade. [Aracaju],  
24 de maio 1971. 1f

Anexo: INFORME do Diretor da Divisão de Segurança e Informações Pedro Vancillo  
para o Reitor. [Brasília], 1971. 1f

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
REITORIA

OFÍCIO CONFIDENCIAL Nº 11/71

Em 24 de maio de 1971.

DO Magnífico Reitor em Exercício

AO: Ilmo.Sr. Diretor da Unidade

Sr. Diretor:

Estamos encaminhando, em caráter confiden-  
Cial, para conhecimento dessa Direção, cópia de documento que –  
nos foi enviado pela Divisão de segurança e Informações do MEC.

Na oportunidade, renovaremos a V.Sa. os nos-  
sos protestos de elevada estime e consideração.

Atenciosamente

[assinatura]

Dr. Luiz Bispo

Vice-Reitor em Exercício

da Reitoria

---

**Cópia do documento supracitado****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES****INFO. CIRCULAR Nº 09/SI/01/DSI/MEC/71****ASSUNTO: LIVRO “HISTÓRIA MILITAR NO BRASIL [sic]  
DIFUSÃO ATUAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

---

Transmitimos o seguinte parecer da Comissão Nacional de Moral e civismo (CNMC), sôbre (sic) o livro HISTÓRIA MILITAR NO BRASIL, de autoria de NELSON WERNWCK SODRÉ:

“Como conclusão chegou-se ao seguinte parecer que sintetiza todas as opiniões expressas pelos Membros do Colegiado: Sôbre (sic) \_ história não se trata evidentemente de u compêndio didático, mas de uma obra de fundo inteiramente político, expondo pontos de vistas em grande parte negativos, cuja leitura é desaconselhada à juventude brasileira. Agravando ainda mais, não se pode deixar de acentuar “as bases marxistas do trabalho e a preocupação do autor em perturbar o exame crítico da explenda das Fôrças (sic) Armadas Brasileira do nosso processo democrático”. Como o objetivo dessa Comissão é animar, por todos os meios ao seu alcance, a Educação Moral e Cívica na Escolas, o presente livro, evidentemente, contraria aqueles fins razão porque consideramos de todo desaconselhável sua difusão. Acresce a circunstancia de haverem sido livros anteriores do autor considerados condenáveis e recolhidos, tendo tido o próprio escritor os seus direitos civis cassados por suas \_ atitudes contrárias a democracia. Pelas considerações expostas, o parecer desta comissão é que o livro em causa tenha \_ sua divulgação proibida”.

Conforme se depreende, não é conveniente a utilização do referido livro para fins didático, particularmente na disciplina “Educação Moral e Cívica” ou “/Estudos de Problemas Brasileiros”.

...../.....

Ass. Pedro Vercillo  
Diretor

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL\*  
Em 24.05.71

---

\*Logo após a data há uma rubrica

Os documentos em questão tratam sobre editoras: Vozes, Herder, Civilização Brasileira, Vitoria, Paz e Terra, Zahar. Consideradas ideológicas antidemocráticas aos olhos dos militares. Ao longo do documento a DSI/MEC explica os motivos para exclusão dos livros das editoras citadas estas possuiriam obras com teor esquerdista. Na apresentação da edição brasileira da obra *Os Crimes de Guerra no Vietnã*, de Bertrand Russel (1967), em texto da orelha da publicação, Paulo Francis questiona:

O caminho do Mao será o nosso? Ninguém pode dizer, mas ninguém pode ignorar o sucesso do material de China que, apenas 18 anos de revolução, tornou-se grande potência e fator decisivo nos ventos mundiais. Em 1949, o Brasil queimava suas reservas de divisas em plásticos e outras besteiras, sob um regime de liberal democracia. Hoje decaímos em matéria de desenvolvimento. Continuamos subpotência. E já não temos sequer o pretexto de vivermos numa democracia. Schrem, analisando Mao, apresenta-nos um líder de progresso.

Falando bem ou mal dos movimentos e regimes políticos orientados pela Esquerda, as editoras se colocavam como possíveis alvos de ações de censura. Desse modo, mesmo que os docentes indicassem as obras em suas ementas, dificilmente as mesmas seriam adquiridas para a composição de acervos das bibliotecas universitárias. Ao fazer referência a editora Zahar justificam a sua inclusão na lista, pelos seguinte motivos:

De vez em quando, porém, a ZAHAR edita livros isentos de propaganda filo-comunista (talvez forçada pelas circunstâncias política, no Brasil atual), caso em que está excelente obra de dois professores (sic) e pesquisadores – ‘A Opinião Pública’ – de Robert Lane Davi O. Sears, cuja a leitura recomendamos não só em geral, como, principalmente, aos que militam no campo das comunicações de massa, sejam profissionais, estudante ou professores (sic), e ainda, aos que trabalham em órgãos de informações. Examinamos mais detalhadamente as edições da Zahar porque são as mais procuradas pelos estudantes (de modo especial, universitários), pois os mesmos procuram se enquadrar em matérias como Sociologia, Ciências Sociais, História, Economia, Administração, Psicologia, etc.

O documento em questão foi devidamente firmado por 31 membros da UFS, mostrando estes que estavam cientes do comunicado enviado pelo DSI/MEC e compreendiam as consequências da não exclusão das editoras e livros citados de suas ementas no documento em questão.

O documento referendado trata sobre o livro *História Militar no Brasil*, de autoria de Nelson Werneck Sodré. O livro em questão foi analisado pela comissão Nacional de Moral e Cívica (CMNC), esta chegou à seguinte conclusão:

Como conclusão chegou-se ao seguinte parecer que sintetiza todas as opiniões expressas pelos Membros do Colegiado: Sobre (sic) história não se trata evidentemente de um compêndio didático, mas de uma obra de fundo inteiramente político, expondo pontos de vistas em grande parte negativos, cuja leitura é desaconselhada à juventude brasileira. Agravando ainda mais, não se pode deixar de

acentuar “as bases marxistas do trabalho e a preocupação do autor em perturbar o exame crítico da esplêndida das Fôrças (sic) Armadas Brasileira do nosso processo democrático”. Como o objetivo dessa Comissão é animar, por todos os meios ao seu alcance, a Educação Moral e Cívica na Escolas, o presente livro, evidentemente, contraria aqueles fins razão porque consideramos de todo desaconselhável sua difusão.

A transcrição dos trechos acima se fez necessário para percebermos a existência de um sistema de difusão de informação que tinha como objetivo maior garantir o sucesso do golpe. Os livros censurados faziam parte de uma memória coletiva que ia de encontro com a pauta de governo dos militares. Daniel Aarão nos mostra que “Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser o objetivo crucial, inclusive porque, como se sabe, o controle do futuro passa, em larga medida, pelo passado” (REIS, 1997, p. 12).

#### **4.2 Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBIUFES**

Em muitas bibliotecas não existe um documento formal, mais critérios pré-estabelecidos. As objetividades da política de seleção geram processos de seleção com metas sempre almejadas, isto por que sem ela existe o risco de discordância ou ineficácia na aquisição de materiais visto que milhões de livros são editados todos os anos. É impossível não implantar políticas de seleção, pois é humanamente impossível adquirir todas as obras publicadas, pois não existirão recursos financeiros suficientes assim como espaço físico para o armazenamento, diante dessa realidade no ano de 2015 foi aprovada pelo o Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE), a resolução 04/2015/CONEPE, intitulada Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFS (UNIVERSIDADE, 2015), sancionada pelo vice-reitor prof. Dr. André Mauricio Conceição de Souza

O documento em questão, integralmente disponível no Anexo A, foi dividido em 11 capítulos dos quais tratam: Dispositivos preliminares; dos objetivos; da comissão; da formação e desenvolvimento do acervo; da seleção; da aquisição; das normas de depósito obrigatório; da avaliação; do desbaste e descarte; da preservação e conservação e da revisão da política de desenvolvimento de coleções. Ou seja, esse é o documento que explicita as práticas de aquisição de obras para os acervos de todas as bibliotecas universitárias componentes do SIBIUFES. Por meio de sua análise, é possível descobrir as possibilidades de

retorno das obras censuradas durante o Regime Militar para a composição das coleções das referidas unidades de informação.

A Política de desenvolvimento de Coleções do SIBIUFS trata as aquisições como “o processo que implementa as decisões da seleção, incluindo as atividades inerentes à incorporação do item ao acervo, seja por compra, doação ou permuta” (Anexo A, Art. 11) que “tem como prioridade as solicitações dos docentes, de modo a atender as demandas constatadas pelas bibliotecas do sistema, bem como através de sugestões de usuários, estatística de uso e outros (Anexo A, Art. 11, Inciso 1). Sendo assim, poderemos pressupor que a compra de materiais se dá orientada por indicações de docentes e discentes, que geralmente vem como resposta ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares, identificada como bibliografia básica e/ou complementar, que figura nas ementas disciplinares ou é indicada em preleções, assistência a comunicações científicas e defesas de banca.

Dessa forma, o retorno das obras expurgadas ou de incorporação ao acervo inviabilizada no período do Regime Militar somente podem retornar ao acervo, na condição de indicação como referência de interesse no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. No caso das obras de não-ficção, como selecionado na amostra de livros pesquisados para possível retorno do acervo, verificou-se que cerca de um terço dos títulos retornaram ao acervo. Não há como verificar a pré-existência das obras pesquisadas disponíveis no atual SIBIUFS, já que as bibliotecas setoriais que o compunham foram fundidas na década de 1980, por ocasião da junção das faculdades que geraram a universidade e migração para os campi (como supracitado no item 4.1).

Contudo, acredita-se que muitas das obras poderiam ter sido requisitadas por docentes e pesquisadores, como bibliografias complementares, sendo sobretudo enfatizado seu conteúdo polêmico à data da censura e até os dias atuais. Porém, isso não se concretiza na prática.

A editoração brasileira também não contempla a republicação das obras, por razões mercadológicas e pela falta de definição de qual seria o público-alvo. Para agravar a situação, a seleção por compra nas universidades federais obedece aos princípios do pregão. Por essa metodologia, a compra somente é possível dentro da margem de publicação de cerca de uma década, pois a obra deve estar no prelo. Como a maioria das obras censuradas é de publicação do período entre as décadas de 1960 e 1970, sendo que não foram submetidas a edições de atualização, não é possível fazer a compra por meio do recurso do pregão, apenas por meio de verbas e projetos direcionados, especiais.

Quanto o reingresso das obras por meio de doações, pressupõe a posse das obras originais e que as mesmas estejam em condição física de incorporação ao acervo. Sendo assim, quando doadas, normalmente vão compor acervos de “obras raras”, com a consulta dificultada por questões de conservação do suporte.

### **4.3 Principais Resultados da Análise**

Mediante a investigação de campo, que compreendeu a recuperação de fontes primárias e a verificação dos acervos da UFS, foi possível verificar os efeitos da censura na Ditadura Militar e suas consequências na composição dos acervos do SIBIUFs. Embora não possamos estabelecer uma generalização que compreenda todas as unidades de informação universitárias no país, nos cabe explicar que provavelmente os fatos e análises aqui desenvolvidas possam constituir uma imagem representativa da repercussão desse passado no presente e futuro.

Foi constatado, por meio dos procedimentos de pesquisa e bases conceituais estabelecidas no referencial teórico, que os efeitos da censura, no caso da composição dos acervos são permanentes. Ou seja, a obra censurada não terá mais o status de fonte de informação franqueada à graduandos e pesquisadores de diversos níveis, sendo, contudo, conservada a ideia de seu conteúdo e autoria na memória dos intelectuais que viveram o momento. Provavelmente, a superação do processo de seleção por compra de livros impressos, por e-books, vai dar oportunidade ao retorno de mais títulos, desde que a academia se responsabilize em estabelecer parcerias ou fomentar um trabalho de recopilação das editoras universitárias, com essa finalidade específica.

As bibliotecas pessoais são, no momento, os ambientes sociais onde se encontram mais frequentemente esses títulos, como verificado pela própria pesquisadora e autora dessa análise, o que traz a esperança de uma futura disseminação em formatos digitais independentes da editoração dos e-books no futuro, em consonância com as leis do Domínio Público. Lembrando que, uma vez proibidos, grande parte deles foi eliminada até da Biblioteca Nacional, destruindo o exemplar de depósito obrigatório da publicação.

As qualificações das obras censuradas e o teste do tempo fará com que as melhores entre elas sobrevivam, mas o status de fonte de informação para os frequentadores das bibliotecas do SIBIUFs se encontra extremamente prejudicado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A dominação da mentalidade e formação dos jovens é uma das formas mais antigas de manutenção do poder.*

Márcia Moreira Alves – Jornal da FEUB - 1968

No transcurso do nosso estudo, procuramos demonstrar a importância do livro e o temor que o conhecimento contido neles pode gerar nas instituições que fazem uso da repressão para manterem-se no poder, a repressão e a censura foram voltadas as informações que propagavam a liberdade de expressão, a realidade político-econômica do país e que lutava pela redemocratização.

O objetivo geral foi cumprido pela pesquisa com êxito, verificando que apenas um terço dos livros selecionados a partir do INDEX criado por Carneiro (2002) de não-ficção foi incorporado ou reincorporado ao acervo do SIBIUFs. A Política de Desenvolvimento de Coleções do referido sistema não prevê mecanismos específicos ou projetos especiais para mitigar os efeitos da censura que o país sofreu naquele período de nossa história. Contudo, a UFS e outras universidades podem reincorporar essas obras como fontes de leitura franqueadas a todos frequentadores de seus sistemas de bibliotecas no futuro, por meio de projetos especiais de editoração ou reprodução digitalizada de obras que já se encontram em domínio público, para incorporação em acervos digitais.

A verificação de que os gestores das bibliotecas, pró-reitores e autoridades vinculadas ao seu uso, como docentes e pesquisadores, foram obrigados a tomar ciência dos documentos confidenciais de censura de livros, traz a comprovação de as bibliotecas universitárias foram consideradas unidades de informação importantes no período, correspondendo ao primeiro objetivo específico do trabalho, no período de 1968-1978. Igualmente, a pesquisa em documentos primários, fontes secundárias, teses e dissertações, nos

reforçam a constatação de que houve vários casos de censura e repressão informacional durante o Regime Militar, comprovando o segundo objetivo específico.

Verificamos, conforme análise das pesquisas de campo, que a mostra verificada de títulos teve apenas cerca de um terço reincorporado ao acervo do SIBIUFES, tomando por base a observação no ambiente informacional. Sendo assim, o terceiro objetivo específico foi verificado, reforçando a constatação da análise dos dados em sua totalidade, ou seja: o efeito indelével da censura na disseminação da informação.

Respondendo à questão de pesquisa que norteou a elaboração e execução do projeto que gerou este trabalho de conclusão de curso, agora constatamos em nível local do SIBIUFES que os livros proibidos e retirados dos acervos das bibliotecas universitárias por instrumentos emitidos durante o Regime Militar foram parcialmente restituídos aos acervos e às referências de ensino, pesquisa e extensão superior.

Percebemos com este estudo que a censura sempre fez parte da história do Brasil, mais que essa coação é temporária e limitada, mais conduz a uma violência na cidadania, na sociedade e esta violência sempre ultrapassa os malefícios causados pela circulação de uma obra seja ela literária, teatral, musical...

A censura atuou com maior dureza e pulso em setores em que houvesse um grande público-alvo. Por este motivo, percebemos os censores agindo com mais intensidade em jornais, revista e empresas televisivas, mais isso não significa que as editoras e os escritores tenham passado despercebidos. Os censores criaram uma sistemática hierárquica em que as autuações ocorriam em virtude do potencial de impacto da produção na sociedade, o que nos leva a constatar que provavelmente seus quadros foram somados por profissionais especializados nos ambientes e unidades de informação sob censura, evoluindo da impulsividade dos primeiros atos de censura.



Concluindo, verificamos que a censura foi um instrumento de controle social, principalmente por meio do ocultamento de informação especializada e específica à determinados segmentos, que levava ao enfraquecimento dos movimentos sociais discordantes em diversos níveis. Nesse contexto, o SIBIUFS sofreu o impacto da censura e ainda sente os efeitos da mesma, passadas quatro décadas da abertura política no Brasil.

Recomenda-se, para o futuro, o incremento da Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBIUFS e o envolvimento da Editora da UFS em projetos especiais, no sentido de criar mecanismos para viabilizar o acesso das referidas obras censuradas aos seus usuários, pois as formas tradicionais de seleção, aquisição e doação não são suficientes ou adequadas para criar oportunidades leitoras em nível adequado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1968)**. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1984.

BÁES, Fernando. **História Universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra no Iraque. São Paulo: Ediouro, 2006.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O Poder das Bibliotecas: A Memória dos Livros no Ocidente**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

De BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Editora Jorge Zahar, 1969.

BRAMAN, S. Defining information: An approach for policy-makers. **Telecommunications Policy**, 13(3), p. 233-242, 1989.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 09 de abril de 1964. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1967**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.6511**, de 28 de junho de 1965. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D56511.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D56511.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314**, de 13 de março de 1967. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477**, de 16 de fevereiro de 1969. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077**, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.464**, de 09 de novembro de 1964. Lei Suplicy. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.483**, de 16 de novembro de 1964. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4483.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4483.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.536**, de 21 de novembro de 1968. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5536.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5536.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Criação de universidades: linha do tempo**. Disponível em <[HTTP: //portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf)>. Acesso em 18 set. 2018.

BRETAS, Silvana Aparecida. **A criação da Universidade Federal de Sergipe: história, política e formação da comunidade acadêmica, (1950-1970)**. São Cristovam: Editora UFS, 2014.

BRITO, Maria Zelita Batista. **Em Tempos de Rebeldia e Sombras: O Movimento Estudantil Universitário Sergipano em Descompasso com o Regime Autoritário (1964 - 1968)**. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal de Sergipe, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

CARVALHO, Adriana Melo. **Universidade Viglada: Documentos para a História da Ditadura Militar na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)**. Trabalho de conclusão de Curso da Universidade Federal de Sergipe / 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o Imaginário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio; Góes, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

DANTAS, Ibarê. **Tutela Militar em Sergipe (1964 – 1984)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DIAS, Maria Matilde Kronka. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: Edufscar, 2003. 57 p. (Série Apontamentos).

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Tradução de Autora F. Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro, 2009.

FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001: (Coleção Descobrindo o Brasil).

FICO, Carlos. **Além do Golpe: A Tomada do Poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam – Os Subterrâneos da Ditadura militar: Espionagem e Polícia Política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe (1962 – 1975), Volume V**. Aracaju: S/Ed, S/D.

FIGUEIREDO, N. M. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos bibliotecários do Distrito Federal, 1978.

FIGUEIREDO, N. M. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1996, 79p. Aula inaugural do Collège de France proferido em 02.12.70. Primeira edição francesa: 1971.

FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na Livraria do Cônego**; Como era Gonzaga? ; e outros temas mineiros – 2. Ed. Ver. e aum. – São Paulo : Ed. Itatiaia : Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FRANCIS, Paulo. Apresentação da obra. In: RUSSEL, B. **Os crimes de Guerra do Vietnam**. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1967. (texto de orelha da capa da publicação brasileira).

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 3º edição, São Paulo: Cortez, 2000.

GONZÁLEZ DE GOMES, Maria Nélida. Regime de Informação: construção de um conceito. In: **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <[http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2015/12/pdf\\_3c42553162\\_0000011948.pdf](http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_3c42553162_0000011948.pdf)> . Acesso em 30 jun. 2018.

HANSEN, João Adolfo. Leitura de Chartier. In: **Revista de História**. São Paulo: FFLCH/USP, n.133, p. 123-129, jun.- dez. 1995. Disponível em: <[www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18776/20839](http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18776/20839)>. Acesso em 30 jun. 2018.

HOLANDA, Chico Buarque de (es). Apesar de Você (faixa 13). In: HOLANDA, Chico Buarque de. O Sambista. Versão Remasterizada. Rio de Janeiro: SOMLIVRE, 2000. **Vagalume**: música é tudo. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/chico-buarque/apesar-de-voce.html>>. Acesso em 27/09/2018.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: Guia Prático da Linguagem Sociológica. Tradução: Ruy Jungmann; Consultoria: Renata Lessa – Rio de Janeiro: Jorge Zaharas Letras, 1990.

LAVILLE Christian; DIONNE Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, Kelly Pereira de. **Onde estão os livros censurados?** : ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca. 2016. 203 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 94 p.

NASCIMENTO, Elaine Cristina Fonseca do. **Movimento Estudantil Universitário em Sergipe**: “Como Eles Agiam” (1968 – 1979). Trabalho de conclusão do Bacharelado em História. Universidade Federal de Sergipe, 2008.

PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60, Rebeldia, Contestação e Repressão política**. 4º edição; São Paulo: editora Ática, 2004; Série Princípios.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

POLANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2º edição, 1985.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência**: Censura a Livros na Ditadura Militar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. 3º edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005: (Coleção Descobrindo o Brasil).

REIS, Daniel Aarão. Versões e Ficções. In: MAÚES, Flamarion (org.). **Versões e Ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). Bauru: Edusc, 2004. (Coleção História)

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. (Prisma).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 14<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura: 20 anos de Autoritarismo no Brasil**. 2<sup>o</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004. (Coleção Tudo é História, v. 48)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 04/2015 CONEPE/UFS**. Aprova a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFS (SIBIUFS). Disponível em: <[https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro\\_busca.jsf](https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf)>. Acesso em 27 de set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Gabinete do Reitor. **Ofício Confidencial nº 07/1971**, firmado por João Cardoso Nascimento Júnior, Magnífico Reitor da UFS. Encaminha cópia da Informação nº 156/SI/02/SDI/MEC/71. 6f. São Cristóvão: UFS, 13 abr. 1971. (transcrição do original por Elaine Cristina Fonseca do Nascimento)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Gabinete do Reitor. **Ofício Confidencial nº 11/1971**, firmado por Luiz Bispo, Magnífico Reitor da UFS em exercício. Encaminha cópia da Informação Circular nº 09/SI/01/SDI/MEC/71. 2f. São Cristóvão: UFS, 24 maio 1971. (transcrição do original por Elaine Cristina Fonseca do Nascimento)

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e Seleção de Materiais em Bibliotecas: O Despreparo dos Bibliotecários Brasileiros. **Ciência da Informação**. Brasília, 16 (1): 21-6, jan. /jun. 1987.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 76 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Política de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFSC (SiBi/UFSC)**. Disponível em: <<http://www.simonsen.br/setores/biblioteca/comissao.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2013.

## ANEXO A – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

### RESOLUÇÃO 04/2015/CONEPE

**Aprova a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFS.**

**O CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO da Universidade Federal de Sergipe**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer diretrizes à formação, desenvolvimento e atualização das Coleções das Bibliotecas UFS;

**CONSIDERANDO** a importância de padronizar a política para a formação dos acervos do Sistema de Bibliotecas UFS;

**CONSIDERANDO** o parecer da Relatora, **Consª ROZANA RIVAS DE ARAUJO**, ao analisar o processo nº 19.218/2014-70;

**CONSIDERANDO** ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Extraordinária, hoje realizada,

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Aprovar a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe de acordo com os Anexos que integram a presente Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de março de 2015

**VICE-REITOR Prof. Dr. André Maurício Conceição de Souza**  
**PRESIDENTE em exercício**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

**RESOLUÇÃO 04/2015/CONEPE**

**ANEXO I**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFS**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUPS) tem como objetivo definir critérios para viabilizar o crescimento do acervo de forma racional e equilibrada, visando atender as necessidades informacionais dos usuários.

**CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** Ficam estabelecidos os seguintes objetivos:

- I. identificar os materiais de informação adequados ao desenvolvimento da coleção;
- II. estabelecer critérios para seleção;
- III. propor prioridades para aquisição;
- IV. estipular critérios para duplicação de títulos;
- V. traçar diretrizes para a avaliação da coleção;
- VI. estabelecer medidas preventivas de conservação do acervo, bem como, para recuperação do mesmo;
- VII. estabelecer normas para o desbaste e descarte do material;
- VIII. dar transparência e seriedade ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão, e,
- IX. melhorar a organização e otimização das atividades.

**CAPÍTULO III  
DA COMISSÃO**

**Art. 3º** A Comissão terá sua formação indicada pelo Conselho Técnico instituído no Regimento Interno do SIBIUPS, e atenderá demandas das bibliotecas.

**Art. 4º** Competência da comissão:

- I. Presidente:
  - a) presidir as reuniões da comissão e deliberar o voto comum.
- II. Demais componentes:
  - a) elaborar planos de aquisição, para o desenvolvimento do acervo, levando em conta os currículos dos cursos, as indicações da Divisão de Apoio ao Leitor (DIALE), bem como as sugestões dos usuários em geral, e,
  - b) gerir as atividades alusivas a avaliação periódica do acervo, para fins de dinamizar a aquisição, o desbaste, o descarte, bem como a preservação e conservação.

**Parágrafo Único:** A comissão terá como responsabilidade desenvolver as atividades inerentes à formação, desenvolvimento e avaliação do acervo conforme definido na política.

#### CAPÍTULO IV DA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ACERVO

**Art. 5º** O acervo deverá ser constituído por materiais informacionais em variados suportes, devendo contemplar diversas áreas do conhecimento, bem como atender as necessidades dos programas de ensino, pesquisa e extensão, cobrindo as seguintes coleções:

- I. Acervo Geral;
- II. Referência;
- III. Periódicos;
- IV. Publicações eletrônicas;
- V. Coleções Especiais (Documentação Sergipana, Documentação Oficial, Obras Raras, Edições de Luxo, Publicações para Pessoas com Necessidades Especiais, TCCs, Teses e Dissertações e outros).

#### CAPÍTULO V DA SELEÇÃO

**Art. 6º** O processo de seleção consiste em aplicar um conjunto de normas e procedimentos que orientam a tomada de decisão nas ações de incorporação do item ao acervo, tanto de forma qualitativa como quantitativa.

**§ 1º** A seleção qualitativa tem o objetivo de garantir a qualidade do acervo, recomenda-se solicitar periodicamente aos colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação as bibliografias básicas e complementares atualizadas das disciplinas, considerando os critérios seguintes:

- I. adequação ao currículo acadêmico e linhas de pesquisa;
- II. qualidade do conteúdo;
- III. autoridade;
- IV. atualidade da obra;
- V. acessibilidade do idioma;
- VI. conveniência do formato e compatibilização com equipamentos;
- VII. existentes;
- VIII. valor efêmero ou permanente;
- IX. qualidade visual e auditiva de materiais especiais, e,
- X. condições físicas da obra.

**§ 2º** A seleção quantitativa visa o crescimento racional do acervo, a seleção dos materiais informacionais obedecerá a adequação ao número de usuários (Corpo Docente e Discente), quantidade de exemplares necessários, demanda comprovada e, sobretudo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

**Art. 7º** A Seleção de livros do Acervo Geral e Referência deverá:

- I. obedecer a recomendação do SINAES do quantitativo exemplares x alunos, correspondente aos títulos das bibliografias básicas e complementares das disciplinas, e,
- II. os títulos que não fazem parte das bibliografias básicas e complementares poderão ser adquiridos através de solicitações dos usuários desde que atendam aos critérios estabelecidos na seleção, sendo o quantitativo de um exemplar.

**Art. 8º** Seleção das Publicações Periódicas, por se caracterizarem como publicação de informação continuada, devem ser adquiridos de modo a manter a coleção dos títulos atualizada, desde que atendam aos critérios dos currículos dos cursos, bem como os estabelecidos nesta política, será adquirido um exemplar de cada número.

**Art. 9º** Para a Seleção das Publicações Eletrônicas devem:

- I. fazer parte das publicações eletrônicas os materiais audiovisuais (CDs, DVDs, Blu ray, Pen drive etc.) os livros virtuais e outras tecnologias que vierem a ser criadas, e,
- II. serão adquiridos os materiais que constarem nos programas dos cursos e que haja conveniência do formato compatível com os equipamentos disponíveis na biblioteca.

**Art. 10.** A Seleção das Coleções Especiais é constituída por:

- I. Documentação Sergipana, Monografias, Teses e Dissertações:
  - a) a Documentação Sergipana tem sua coleção formada por autores sergipanos e livros sobre o Estado de Sergipe ficando estabelecido a aquisição de no máximo dois exemplares;
  - b) as monografias, teses e dissertações referem-se à produção intelectual da UFS, e o depósito desse material está regulamentado nesta Resolução.
- II. Obras Raras e Edições de Luxo:
  - a) a coleção das obras raras segue critérios adotados pelo setor responsável na Biblioteca Central considerando valor histórico-cultural, aspectos bibliográficos, características do exemplar, pesquisa bibliográfica, livros publicados artesanalmente, livros com autógrafos de autores de grande importância para determinada área do conhecimento, e/ou com anotações manuscritas, dedicatórias e correções a punho do próprio autor. Este acervo contempla ainda materiais anteriores a 1930 impressos no Brasil e em outros países;
  - b) as edições de luxo têm como critérios, na sua grande maioria, obras com tiragens restritas, obras ilustradas, obras de reprodução de originais de arte, obras publicadas através de patrocinadores para bibliófilos ou instituições sem fins lucrativos.
- III. Documentação Oficial:
  - a) esta coleção é formada por documentos oriundos do governo federal, estadual e municipal, abriga também materiais originados em seminários e congressos nacionais e internacionais, sua aquisição se dá através de doações.
- IV. Publicações para Pessoas com Necessidades Especiais:
  - a) Esta coleção é formada por materiais impressos em Braille, audiolivros e livros digitais que contemplam variadas áreas do conhecimento. A aquisição destes materiais se dá através de doações de instituições conveniadas.

**Parágrafo Único:** Nas outras bibliotecas do SIBIUFS as coleções especiais que existem ou as que vierem a ser criadas adotarão critérios específicos, estabelecidos nas suas unidades.

## CAPÍTULO VI DA AQUISIÇÃO

**Art. 11.** Aquisição é o processo que implementa as decisões da seleção, inclui atividades inerentes à incorporação do item ao acervo seja por compra, doação ou permuta.

§ 1º A compra ocorre de forma centralizada no Setor de Aquisição da Biblioteca Central mediante a disponibilização dos recursos da Universidade. Tem como prioridade as solicitações dos docentes de modo a atender as demandas constatadas pelas bibliotecas do sistema, bem como através de sugestão de usuário, estatística de uso e outros;

§ 2º A doação poderá ser solicitada ou espontânea. Os materiais recebidos por doação espontânea com número expressivo de itens deverão ser precedidos de listagem contendo as seguintes informações: Livro (autor, título, edição, editora, volume e ano), Periódico (título, volume, número, mês e ano).

§ 3º Os itens doados que passarem a integrar o acervo adquirem as mesmas características e condições de sua coleção. A efetivação da doação se dará mediante a entrega do termo de doação conforme Anexo II da presente Resolução, devidamente preenchido e assinado pelo doador deixando-o ciente de que a biblioteca, após análise do material, poderá dispor das doações da seguinte forma:

- I. incorporação ao acervo;
- II. doação para outras instituições;
- III. descarte (eliminação), ou,
- IV. devolução ao doador.

§ 4º A permuta consiste na troca de materiais com outras instituições, pode ser feita com materiais doados que não serão incorporados ao acervo, bem como por materiais descartados.

## CAPÍTULO VII DAS NORMAS DE DEPÓSITO OBRIGATORIO

**Art. 12.** Considera-se “Comunidade científica institucional” aquela constituída pelos docentes, técnicos administrativos, pesquisadores, colaboradores e alunos graduandos e pós-graduandos da UFS.

**Art. 13.** De acordo com legislação, publicação é o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo.

§ 1º A comunicação ao público é ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares.

§ 2º A obra é constituída:

- I. em co-autoria, quando é criada em comum, por dois ou mais autores;
- II. inédita, a que não haja sido objeto de publicação, ou,
- III. Póstuma, a que se publique após a morte do autor (para discussões).

**Art. 14.** Para a formação e desenvolvimento das coleções das bibliotecas no que se refere à produção intelectual da UFS, ficam responsáveis os cursos de graduação e pós-graduação do envio dos seguintes materiais:

- I. Monografias de conclusão de curso de graduação:
  - a. 1 (uma) via em mídia eletrônica compatível com o formato PDF ou equivalente, e,
  - b. termo de autorização do autor para publicação em meio digital/eletrônico;
- II. Monografias defendidas por alunos dos programas de pós-graduação *Lato Sensu* da UFS:
  - a. 1(uma) via impressa encadernada com papel cartão ou similar;
  - b. 1(uma) via em mídia eletrônica compatível com o formato PDF ou equivalente, e,
  - c. termo de autorização do autor para publicação em meio digital/eletrônico;
- III. Dissertações e Teses defendidas por alunos dos programas de pós-graduação *Strictu Sensu* da UFS:
  - a. 1(uma) via impressa encadernada com papel cartão ou similar;
  - b. (uma) via em mídia eletrônica compatível com o formato PDF ou equivalente, e,
  - c. termo de autorização do autor para publicação em meio digital/eletrônico;
- IV. Dissertações e Teses defendidas em outras instituições por servidores da UFS:
  - a. 1(uma) via impressa encadernada com papel cartão ou similar;
  - b. uma) via em mídia eletrônica compatível com o formato PDF ou equivalente, e,
  - c. termo de autorização do autor para publicação em meio digital/eletrônico;
- V. Obras publicadas pela Universidade Federal de Sergipe.

**Parágrafo Único:** Devido ao caráter de provedora de acesso à informação, não deverão ser enviados às bibliotecas materiais nas seguintes condições:

- I. trabalhos que estejam em período de registro de patente;
- II. relatório de pesquisa e/ou de estágio, e,
- III. trabalhos de conclusão de disciplinas.

**Art. 15.** A Editora da UFS fica responsável pelo envio de suas publicações.

## CAPÍTULO VIII DA AVALIAÇÃO

**Art. 16.** Avaliação é a atividade que verifica a adequação do acervo, se o mesmo atende a demanda e ou necessidade de informação dos usuários.

**Art. 17.** Deverá ser feita sempre que necessário, a fim de determinar o valor e a adequação da coleção em função dos seus objetivos, bem como, identificar materiais obsoletos, pouco utilizados ou danificados para retirá-los da coleção.

**Art. 18.** Através da avaliação podem-se identificar possíveis falhas no processo de seleção, bem como obter subsídios para a revisão da política de desenvolvimento de coleções. Poderão ser utilizados para a avaliação do acervo os métodos quantitativos e qualitativos.

#### **CAPÍTULO IX DO DESBASTE E DESCARTE**

**Art. 19.** O desbaste consiste na retirada do item do acervo, quer para remanejamento ou descarte após o processo de avaliação. Deve-se observar os seguintes critérios para a realização da seleção negativa:

- I. inadequação do conteúdo;
- II. obras desatualizadas;
- III. obras em condições físicas irre recuperáveis;
- IV. obras não utilizadas (estatística do empréstimo), ou,
- V. obras em quantidade em que não haja demanda.

**Parágrafo Único:** Dada a necessidade de proceder ao remanejamento, os materiais retirados do acervo deverão ser armazenados em um local específico à disposição quando solicitado.

**Art. 20.** Para proceder ao descarte, ou seja, retirar o item definitivamente do acervo, a comissão deve elaborar uma lista e encaminhá-la à Diretoria do Sistema de Bibliotecas para providências cabíveis.

**Parágrafo Único:** Os materiais retirados poderão ser doados, permutados ou encaminhados para reciclagem.

#### **CAPÍTULO X DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

**Art. 21.** Para garantir que o material permaneça por mais tempo em boas condições físicas, é necessário que haja critérios como: armazenagem, higienização, pequenas intervenções no processo de deteriorização, etc. Além de propor uma campanha aos usuários de valorização do acervo.

#### **CAPÍTULO XI DA REVISÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES**

**Art. 22.** Visando garantir a atualização do acervo, bem como as necessidades informacionais da comunidade acadêmica, a comissão revisará a cada 04 (quatro) anos, ou sempre que se fizer necessário, a Política de Desenvolvimento de Coleções assegurando assim o crescimento racional do acervo.

Sala das Sessões, 06 de março de 2015

---



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

**RESOLUÇÃO 04/2015/CONEPE**

**ANEXO II**

**TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAL INFORMACIONAL**

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, por este documento transfiro incondicionalmente todos os meus direitos sobre o material informacional doado para as BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Declaro estar ciente de que o referido material será avaliado de acordo com os critérios da Política de Desenvolvimento de Coleções e de que o mesmo poderá ser incorporado ao acervo, doado, permutado ou descartado.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do doador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo recebimento

## ANEXO B – LEI 4464/1964 - LEI SUPLICY

L4464

Página 1 de 4



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964.

Revogado pelo Decreto-Lei nº 228, de 1967  
Texto para impressão

~~Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.~~

(Vide Lei nº 7.395, de 1985)

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

Parágrafo único — VETADO

Art. 3º. Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo docente;
- b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade;

§ 1º. A representação a que se refere a alínea b deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou

~~disciplinas que o integrem, tudo de acôrdo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.~~

~~§ 2º. A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.~~

~~Art. 4º. Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1º desta Lei.~~

~~Art. 5º. O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.~~

~~§ 1º. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.~~

~~§ 2º. A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.~~

~~§ 3º. O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.~~

~~§ 4º. O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.~~

~~Art. 6º. A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:~~

~~a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;~~

~~b) realizado dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;~~

~~c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;~~

~~d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;~~

~~e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados a possibilidade de apresentação de recurso;~~

~~f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade;~~

~~Parágrafo único. A mudança para regime parcelado, trancamento da matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.~~

~~Art. 7º. O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.~~

~~Art. 8º. A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6º e seu parágrafo único.~~

~~Art. 9º. A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação Estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.~~

~~Parágrafo único. O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de frequência.~~



~~Art. 10 O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preconceitos gerais desta Lei.~~

~~§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de carácter técnico.~~

~~§ 2º O Diretório Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.~~

~~§ 3º O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministério da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.~~

~~Art. 11 Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta Lei.~~

~~Art. 12º As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de reconhecimento das contribuições dos estudantes.~~

~~§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhe competem.~~

~~§ 2º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.~~

~~§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não aprovação das mesmas, se comprovado o uso internacional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.~~

~~Art. 13. Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhadas de parecer.~~

~~Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.~~

~~Art. 15 A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à congregação ou ao Conselho Departamental na forma de regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.~~

~~Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.~~

~~Art. 16. O regimento de cada Faculdade ou escola e estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.~~

~~Parágrafo único. Quando a matéria for relativa ao previsto no [§ 2º do artigo 73, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#), a decisão de Faculdade ou Escola deverá acorrer:~~

~~a) no prazo de dez dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;~~

L4464

Página 4 de 4

b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não comparecimento de, pelo menos, três, quartos do programa da respectiva cadeira.

~~Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento desta Lei.~~

~~Parágrafo único. As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento.~~

~~Art. 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de carácter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.~~

~~Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.~~

~~Art. 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.~~

~~Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.~~

~~Art. 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.~~

~~Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o [Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942](#) e as demais disposições em contrário.~~

~~Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República~~

~~H. CASTELLO BRANCO  
Flávio Lacorda.~~

~~Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.11.1964~~

~~\*~~

## ANEXO C – DECRETO-LEI 477/1969

Del0477

Página 1 de 2



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969.**

[Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979](#)  
[Texto para impressão](#)

~~Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.~~

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

**DECRETA:**

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I— ~~Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;~~

II— ~~Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;~~

III— ~~Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;~~

IV— ~~Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;~~

V— ~~Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;~~

VI— ~~Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.~~

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I— ~~Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;~~

II— ~~Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.~~

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no

Del0477

Página 2 de 2

~~prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.~~

~~§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se fôr estudante proibido de frequentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.~~

~~§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe á designado defensor para apresentar a defesa.~~

~~§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.~~

~~§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.~~

~~§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.~~

~~Art. 4º Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.~~

~~Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei.~~

~~Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.~~

~~A. COSTA E SILVA  
Luís Antonio da Gama e Silva  
Tarso Dutra~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.2.1969~~



**ANEXO D – DECRETO-LEI 1.077/1970**

Del1077

Página 1 de 2

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970.**(Vide Constituição de 1967)

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

**DECRETA:**

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Del1077

Página 2 de 2

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos [artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967](#).

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
*Alfredo Buzaid*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.1.1970